



Memória

2003_2006

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Presidência da República

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS E TODAS
GOVERNO FEDERAL

Memória

2003_2006

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Teresa Cristina Nascimento Sousa
Secretária Adjunta

Angela Maria de Mesquita Fontes
Subsecretária de Planejamento

Aparecida Gonçalves
Subsecretária de Monitoramento e Ações Temáticas

Suely de Oliveira
Subsecretária de Articulação Institucional

Elisabete Matar Freire de Carvalho
Chefe de Gabinete

Laisy Morièrre C. Assunção
Assessora Especial

Edição de Conteúdo
Maria Clara Guaraldo

Textos
Analu Fernandes
Gabriela do Vale
José Augusto Pires
Maria Clara Guaraldo
Nilcéa Freire
Teresa Cristina N. Sousa

Coordenação Editorial
Edição de Conteúdo do CD-Rom
Heloisa Frossard

Projeto Gráfico
Navegação do CD-Rom
Isabela Ferreira de Araujo

Revisão
Luana Nery Moraes

Colaboradoras
Ana Paula Schwelm Gonçalves
Angela Maria de Mesquita Fontes
Aparecida Gonçalves
Maria Elisabete Pereira
Sônia Malheiros Miguel
Susana da Rocha Cabral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Memória 2003 - 2006: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 120 p.

1. Gênero e suas dimensões. 2. Enfrentando a violência.

CDU 82 - 94

CDU 396.1 - 343.615

Memória

2003_2006

Brasília, 2006

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres





Sumário

07	<i>Apresentação</i>
11	<i>Afirmando Direitos</i>
11	A Lei na prática
14	Para fazer valer os direitos
18	Por um orçamento com perspectiva de gênero
21	<i>Processos Participativos</i>
21	Democracia e políticas públicas
23	Diálogos nacionais
26	Diálogos internacionais
27	Reconhecendo a história
30	Construindo novos espaços
35	<i>Foros Internacionais de Mulheres</i>
39	<i>Marcos Institucionais</i>
41	Uma vida com direitos iguais
42	Uma vida livre de violência
43	Uma vida com trabalho decente
47	<i>Gênero e suas Dimensões</i>
47	Mulheres no campo
49	Mulheres nas empresas
51	Mulheres e seus empreendimentos
53	Mulheres no trabalho doméstico
54	Mulheres com saúde
57	<i>Enfrentando a Violência</i>
58	Tecendo a rede
63	Padronizando o atendimento
64	Capacitação
65	Ligações que fazem a diferença
66	Tráfico de pessoas
69	<i>Cultura de Igualdade</i>
70	Por onde anda o preconceito
72	Igualdade no mundo acadêmico
75	Combatendo a cultura machista
79	Disseminando informações
83	<i>Perspectivas e Desafios</i>
89	<i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Números</i>
113	<i>Notas e Referências Bibliográficas</i>
115	<i>Lista de Imagens</i>



Apresentação

Durante quatro anos, de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República trabalhou no sentido de afirmar e efetivar direitos assegurados às mulheres na legislação brasileira e implementar políticas que acelerassem a redução das desigualdades entre homens e mulheres no país.

Foram anos de muito aprendizado. A inauguração de um novo espaço institucional com todas as suas implicações era por si só um desafio. Tornar este espaço reconhecido e sua ação visível e legitimada nos pareceu em alguns momentos tarefa demasiadamente árdua.

Mas, o solo já vinha sendo arado. Assim, cada semente escolhida cuidadosamente de forma compartilhada com diferentes parceiras/os dos governos, parlamento ou da sociedade civil pôde germinar. Hoje, temos embriões, mudas, plantas e até algumas árvores que já começam a ofertar boa sombra.

O ano de 2006 se encerra com boas notícias para as mulheres brasileiras, e com a manutenção, infelizmente, de problemas, como a violência baseada em gênero, que desafiam a cidadania e a combatividade das mulheres.


Segundo a “Síntese de Indicadores Sociais” divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, houve um aumento de 1,4 ano, em média, na escolaridade das mulheres urbanas de 1995 a 2005, enquanto no mesmo período a população com 12 anos ou mais de estudo praticamente dobrou e a frequência ao ensino superior quase triplicou, com vantagem para a população feminina que atualmente é maioria nas universidades.

Outro aspecto que chama atenção é o avanço nos níveis de ocupação feminina, muito embora, estas continuem ocupando principalmente nichos que poderiam ser considerados como extensão do trabalho doméstico. Depois de muitos anos, há uma pequena redução da diferença de remuneração entre homens e mulheres e um discreto aumento, 0,4 ponto percentual, na proporção de mulheres na categoria de dirigentes em geral.

Mas, são ainda as mulheres que majoritariamente, segundo a mesma Síntese, se encarregam dos afazeres domésticos. Em média, as mulheres gastam 25,2 horas semanais com os afazeres domésticos, enquanto os homens gastam apenas 9,8 horas.

A redução da desigualdade entre os gêneros está posta para todas as economias no mundo. Não é mais admissível que não se incorpore o potencial produtivo de metade de suas populações. Trata-se também de uma questão da democracia. Segundo o Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) “La democracia sin mujeres es media democracia solamente”.

Ao assumir o Governo, em 2003, o Presidente Lula deixou claro para toda a nação que o combate às desigualdades seria prioridade em sua gestão.



Esta publicação apresenta os principais resultados alcançados no cumprimento da missão delegada à SPM pelo Presidente Lula naquele primeiro de janeiro de 2003. Sob a forma de um relato sucinto, são apresentados os resultados alcançados nos principais programas e ações, abrangendo os períodos nos quais estiveram à frente da SPM as ministras Emília Fernandes (janeiro de 2003 a janeiro de 2004) e Nilcéa Freire (fevereiro de 2004 a dezembro de 2006).

A realização deste amplo conjunto de ações que aqui apresentamos só se tornou possível em decorrência do apoio de diferentes ministérios e da participação de seus representantes no Comitê de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como da relação produtiva e respeitosa com a Bancada Feminina do Congresso Nacional.

A SPM contou também com o permanente apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e dos organismos governamentais de políticas para as mulheres em nível dos estados e municípios. Um reconhecimento especial é dedicado aos movimentos feminista e de mulheres do Brasil que “nos deram régua e compasso”. Esperamos ter retribuído ao respeito e à solidariedade com que nos brindaram, com nosso empenho em mudar para melhor a vida das mulheres brasileiras.

Nilcéa Freire
Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



“Desde que a Prefeitura de Salvador assumiu o compromisso de implementar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, conseguimos, de forma inédita, assegurar recursos no orçamento para programas destinados à mulher. Qualquer governo ou partido político pode pregar o combate às desigualdades, mas se não existe um orçamento direcionado para onde está o problema, não teremos resultados. A gente está vendo a diferença, pois hoje todas as forças políticas estão mais voltadas para questões femininas”.

*Maria Helena Souza da Silva
Superintendente Especial de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Salvador*

Afirmando Direitos

A Lei na Prática

Há cada vez mais um maior reconhecimento de que a desigualdade entre homens e mulheres influencia o desenvolvimento econômico e cultural de uma nação. Em todo o mundo a desigualdade entre gêneros estrutura diferentes graus de discriminação das mulheres, as exclui da participação de dimensões fundamentais da vida em sociedade e restringe sua liberdade para exercer plenamente os seus direitos humanos fundamentais.

O empoderamento das mulheres incide positivamente na produtividade econômica, na promoção da saúde, na mudança da educação das gerações futuras e na construção de uma cultura de paz¹.

O texto constitucional brasileiro de 1988 consagra o preceito da igualdade entre homens e mulheres. No processo de revisão constitucional, a atuação do movimento feminista e de mulheres, conhecida como o “lobby do batom”, foi fundamental para a ruptura de princípios herdados de uma sociedade patriarcal e patrimonialista, na qual as leis refletiam que a propriedade, muitas vezes, era mais importante do que a vida.

¹ *State of World Population 2005: The Promise of Equality*. New York: UNFPA, 2005.

Articulados, o CNDM, as organizações do movimento feminista e de mulheres e a Bancada Feminina do Congresso Nacional, conseguiram a aprovação de mais de 80% das proposições encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte. A história passou a ser escrita de forma diferente graças à atuação dessas mulheres na Constituinte: em mutirões, discutiram seus direitos e coletaram milhões de assinaturas para mudar a Constituição.

No entanto, os anos seguintes demonstraram que as conquistas obtidas na lei maior do país não foram capazes, por si só, de alterar o desequilíbrio nas relações de gênero. Prova disto é a distância ainda existente entre os direitos formais conquistados pelas mulheres e a realidade de suas vidas.

Por outro lado, desde meados da década de 70 e mais intensamente na década de 90, o Brasil, assim como inúmeros outros países, participou de diversas Conferências no âmbito das Nações Unidas e assumiu compromissos no sentido de assegurar os direitos humanos das mulheres, negros, minorias étnicas e outros grupos circunstanciados pela pobreza e discriminação.

Lamentavelmente, a efetivação desses direitos ainda hoje encontra resistências e obstáculos. Entretanto, novos direitos surgiram, necessitando de reconhecimento e permanente aperfeiçoamento. Nesse cenário, mulheres e meninas seguem enfrentando a discriminação, que se traduz em maior dificuldade de acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, sexuais e reprodutivos.

É nesse contexto histórico e político que, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com a missão de formular e articular, no âmbito do Governo Federal, políticas que contribuíssem para construir no Brasil uma sociedade em que a desigualdade de gênero deixe de ser uma marca e que assegurassem que os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro – no campo dos direitos humanos de mulheres e meninas – sejam cumpridos.

Em relação ao período 2003–2006, não é exagero afirmar que a marca principal da atuação do governo brasileiro, na perspectiva da construção da igualdade entre homens e mulheres, respeitando as suas diferenças, foi não desperdiçar energia para reinventar a roda, mas reunir esforços para fazê-la girar.

A articulação da SPM com diferentes organizações do movimento feminista e de mulheres, com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com outras instâncias governamentais e não-governamentais foi relevante e permitiu colocar em prática, aprofundar e disseminar legislações já existentes através de novas iniciativas políticas.

Foi assim que nesses quatro anos o Governo Federal, através da SPM, pôde, em parceria com governos estaduais e municipais, ampliar e fortalecer a rede de serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres, incentivar a criação de secretarias e coordenadorias de mulheres em âmbito estadual e municipal e - em parceria com a Bancada Feminina do Congresso Nacional e com a sociedade civil - promover importantes mudanças na legislação nacional.





Para Fazer Valer os Direitos

Em dezembro de 2004, através do pronunciamento da ministra Nilcéa Freire, da SPM, em rede nacional de emissoras de rádio e TV, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O Plano, construído democraticamente a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Executivo Federal e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), reafirmou o compromisso do governo brasileiro com a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas e reconheceu que para a efetivação da igualdade entre homens e mulheres são imprescindíveis políticas públicas integradas e articuladas entre todos os entes federativos.

Os princípios de igualdade, eqüidade, autonomia, laicidade, universalidade, justiça social, transparência e participação cidadã, aprovados por unanimidade na Conferência e incorporados no Plano, reforçaram os avanços políticos e a importância das mudanças históricas e culturais que o movimento de mulheres construiu ao longo de sua existência.

O Plano também reconheceu que a lógica que sustenta a formulação de políticas interfere diferenciadamente na vida de homens e mulheres, reproduzindo ou alterando padrões discriminatórios; e que somente com uma atuação integrada entre as várias esferas de poder e da sociedade civil, os benefícios das diferentes ações em prol da igualdade de gênero chegariam, de fato, até a população.

Estruturado em torno de quatro eixos estratégicos de atuação - autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres – o Plano é constituído por 199 ações previstas para o período 2004–2007.

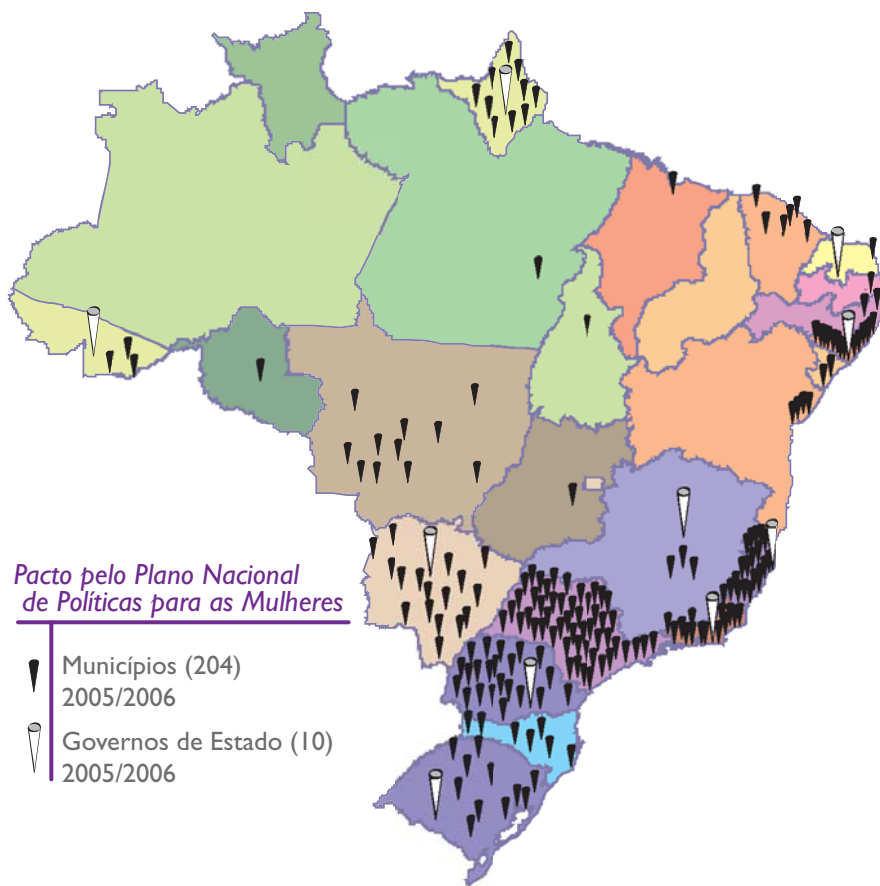
A execução dessas ações envolveu diretamente 13 ministérios e quatro secretarias especiais. O envolvimento dos organismos governamentais de políticas para as mulheres, dos Conselhos Nacional, estaduais e municipais de direitos da mulher e das organizações do movimento feminista e de mulheres foi fundamental para que estas ações se tornassem realidade na vida das mulheres brasileiras. Pela primeira vez na história, a União, estados e municípios selaram um pacto no sentido de implementar um Plano especialmente dirigido a elas.

Em todo o país, mais de 200 governos estaduais e municipais assinaram o Termo de Adesão ao PNPM. Os organismos governamentais de políticas para as mulheres (secretarias, coordenadorias e assessorias da mulher), responsáveis por fazer as políticas acontecerem em seus estados ou cidades e por colocarem o tema da igualdade no centro dos debates, aumentaram consideravelmente entre 2004 e 2006.

A implementação do Plano foi um aprendizado tanto para os governos quanto para a sociedade. Sua elaboração e implementação reorientou a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, bem como estreitou a sua relação com outros ministérios e com governos estaduais e municipais.

Essa interlocução trouxe para o centro dos debates governamentais a questão da igualdade de gênero e sua importância para a consolidação da democracia e para o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e socialmente referenciadas.

Para operar esses esforços, foi criado o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Coordenado pela SPM, o Comitê – composto por nove pastas ministeriais, três secretarias especiais responsáveis pela execução das ações e por representantes do CNDM – tornou-se estratégico para uma atuação realmente integrada e transversal.



Para democratizar as informações e assegurar transparência e agilidade, foi desenhado um sistema de acompanhamento dessas ações que pode ser acessado via *web* por todos os integrantes do Comitê e está disponível para consulta a toda a sociedade.

Para potencializar as ações dos novos organismos de políticas para as mulheres em nível estadual e municipal, a SPM instituiu o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, possibilitando debates institucionais e uma produtiva troca de experiências a partir das realidades locais. Foram realizados dez encontros do Fórum Nacional que significaram espaços privilegiados de qualificação das gestoras e de interação com a esfera federal.

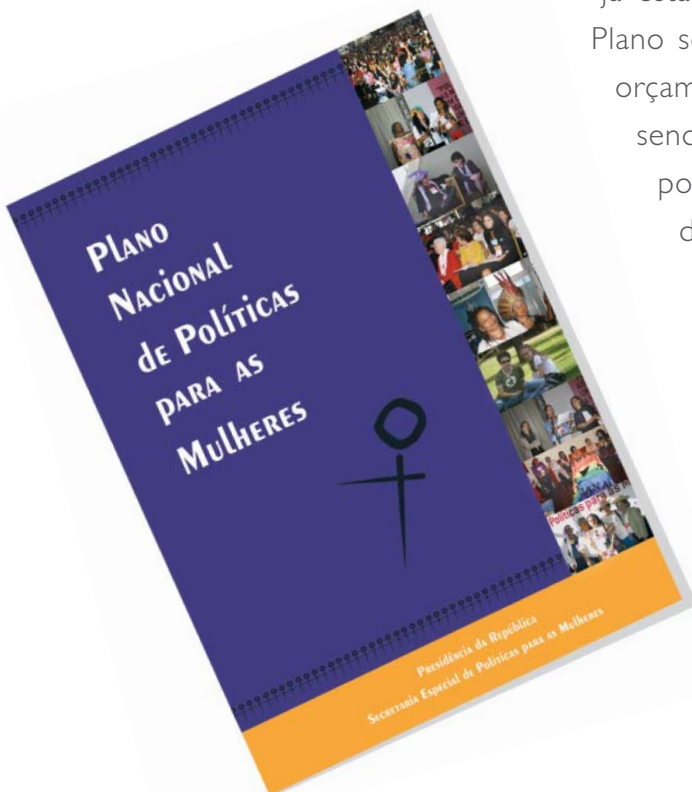
O resultado do esforço empreendido é visível, através das seguintes conquistas: consolidação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, construída com o apoio de estados e municípios; aprovação da Lei Maria da Penha; lançamento do Programa Pró-igualdade de Gênero, como uma ação afirmativa voltada para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho; Programa Mulher e Ciência; incentivo à formalização do trabalho doméstico; ampliação do crédito para as trabalhadoras rurais; Política Nacional dos Direitos Sexuais e Reprodutivos; formulação do Plano de Ações Integradas para o Enfrentamento da Feminização da AIDS, único na América Latina e Caribe; para citar somente alguns dos resultados descritos ao longo desta publicação.

Por um Orçamento com Perspectiva de Gênero

A incorporação de uma perspectiva de gênero na elaboração das políticas públicas exige um novo olhar sobre o orçamento. A premissa básica, portanto, é o reconhecimento de que as políticas públicas têm impactos diferenciados na vida de homens e mulheres, principalmente ao se levar em conta a realidade econômica e os novos papéis assumidos pelas mulheres na sociedade.

Quando o PNPM foi elaborado e aprovado, em dezembro de 2004, o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) – peça central de planejamento do Poder Executivo – já estava concluído. Assim, a implementação do Plano se deu com um PPA e seus seqüentes orçamentos elaborados antes da sua existência, sendo possível, então, apenas fazer adequações pontuais para a execução das políticas definidas pelo PNPM.

Ainda que o PPA 2004-2007 não tivesse sido elaborado considerando a perspectiva de gênero, vale destacar que pela primeira vez este incluiu desafios referentes à redução das desigualdades de gênero e raça.



A existência do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a necessidade de destinação de recursos para sua execução colocaram para as áreas de planejamento do Governo Federal a necessidade de incorporar definitivamente o olhar de gênero na revisão do PPA, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual.

Os avanços obtidos na execução do PNPM, durante o período 2005–2006, foram resultados do processo de sensibilização dirigido aos órgãos governamentais da esfera federal, quanto à questão da incorporação da vertente gênero nas políticas públicas, após a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A realização da II Conferência, em 2007, será importante para fortalecer e consolidar conquistas no PPA 2008–2011, nas conseqüentes LDOs e nas Leis Orçamentárias Anuais.

“Estamos construindo uma relação nova entre Estado e sociedade. Não só estamos questionando uma velha institucionalização, mas gerando uma nova. O momento é de criar um novo pacto social em torno da igualdade e equidade de gênero”.

Virgínia Gúzman

Participou da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres como observadora internacional da Unidade Mulher e Desenvolvimento da CEPAL/ONU.



Processos Participativos

Democracia e Políticas Públicas

Nos últimos quatro anos, houve um duplo esforço do Governo Federal: o de formular políticas públicas de inclusão e combate às desigualdades e o de que esse processo fosse fortemente participativo. Assim, a participação e o fortalecimento de mecanismos de controle social foram uma tônica do Governo Lula.

As 33 conferências nacionais convocadas e realizadas com o apoio, estímulo e recursos do Governo Federal ao longo desse período foram o maior exemplo do esforço realizado para propiciar o diálogo entre a sociedade e o Estado e elaborar e implementar políticas acordadas democraticamente. As conferências mobilizaram mais de dois milhões de pessoas, dando a oportunidade à sociedade brasileira de experimentar a conjugação das dimensões representativa e participativa da democracia.

No campo das políticas para as mulheres o esforço pelo diálogo não foi diferente. A primeira iniciativa no sentido de fortalecer os processos participativos foi emblemática: a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada em parceria com a sociedade civil, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O consenso construído entre milhares de brasileiras de diferentes segmentos da sociedade foi a sua principal marca.

O processo da Conferência, que resultou neste amplo consenso em torno das principais discussões, foi construído a partir das plenárias municipais abertas à participação de qualquer brasileira. Essa mobilização envolveu diretamente cerca de 120 mil mulheres de mais de 2 mil municípios que se prepararam para participar das conferências estaduais, realizadas nas 27 unidades da federação.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres contou com 1.787 delegadas escolhidas nas 26 conferências estaduais e no Distrito Federal. A participação de mulheres em toda a sua diversidade deu um colorido jamais imaginado a um evento, marcado pelo pluralismo, solidariedade e integração entre mulheres dos vários “Brasis”, que se reuniram e atuaram na conferência de forma articulada e democrática. A força desse encontro resultou na aprovação das diretrizes que subsidiaram a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que reflete essa diversidade.



Diálogos Nacionais

Além de intensificar o diálogo com a sociedade, a SPM estabeleceu uma interlocução mais intensa com estados e municípios a partir da assinatura do compromisso de implementação do PNPM pelos governos locais. Essa estratégia foi potencializada pelo estímulo à criação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres estaduais ou municipais (coordenadorias, secretarias, superintendências, assessorias), com a tarefa de formular, articular e executar as políticas para as mulheres.

A orientação para a criação dos Organismos foi uma das recomendações unificadas da Conferência Nacional, na qual as mulheres expressaram a importância das políticas governamentais aplicadas, com vocações e particularidades sociais locais.


Esse diálogo também se deu com o Poder Legislativo, especialmente com a Bancada Feminina do Congresso Nacional. Juntas, a SPM e a Bancada realizaram, nesse período, seminários e audiências públicas dentro da Câmara e do Senado Federal, criando comissões especiais, propondo e acelerando a tramitação de legislações de interesse das mulheres brasileiras.

O incentivo aos processos participativos permitiu a aprovação de leis que correspondem à demandas históricas do movimento feminista e de mulheres, eliminando conceitos discriminatórios do arcabouço legal brasileiro.



Essa maior interação entre os poderes e a sociedade transformou reivindicações em políticas públicas. A Lei Maria da Penha foi um caso exemplar. Um consórcio de organizações não-governamentais (*Advocacy*, *Agende*, *Cladem*, *Cfemea*, *Cepia* e *Themis*) entregou uma primeira proposta à SPM, que dando conseqüência às discussões, coordenou um grupo de trabalho plural – governo e sociedade civil, realizou consultas técnicas e políticas e chegou a um resultado na forma de um projeto de lei que foi encaminhado pela SPM ao Congresso Nacional, em 25 de novembro de 2004.

Em uma ampla mobilização, a relatoria da Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados, feita pela deputada federal Jandira Feghali, realizou audiências públicas em todas as regiões do país para ouvir a sociedade, em conjunto com as assembléias legislativas estaduais e deputadas federais da Bancada Feminina.



Além da relatora da Comissão de Seguridade Social e Familiar, participaram das audiências públicas as deputadas federais Maria do Rosário, Sandra Rosado, Iara Bernardes, Iriny Lopes, Fátima Bezerra, Mariângela Duarte e Maria do Carmo Lara, e o deputado federal Antônio Carlos Biscaia.

Durante o processo de realização das audiências e do seminário realizado na Câmara, foram recebidas contribuições que, após análise, constituíram-se em subsídios para a elaboração de substitutivos apoiados pela SPM.

O então Projeto de Lei 4559/04 (transformado em Lei Maria da Penha) também foi analisado pela relatoria da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela deputada Iriny Lopes pela relatoria da Comissão de Finanças e Tributação e pela deputada Yeda Crusius. No Senado, o PL foi relatado pela senadora Lúcia Vânia Abrão Costa. O resultado foi uma lei aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional.

Outro exemplo de fortalecimento de processos participativos foi a instalação da Comissão Tripartite com representantes do Executivo, Legislativo e sociedade civil, para discutir a revisão da legislação punitiva sobre a interrupção voluntária da gravidez. Em setembro de 2005, a SPM entregou à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados o resultado do trabalho.

Outras comissões foram instaladas nesse período, dentre elas, a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, instituída com o objetivo de combater a discriminação no mundo do trabalho. Coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tiveram assento na comissão, além da SPM, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e representantes dos sindicatos de empregados e patronais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prestou assessoria técnica.

Diálogos Internacionais

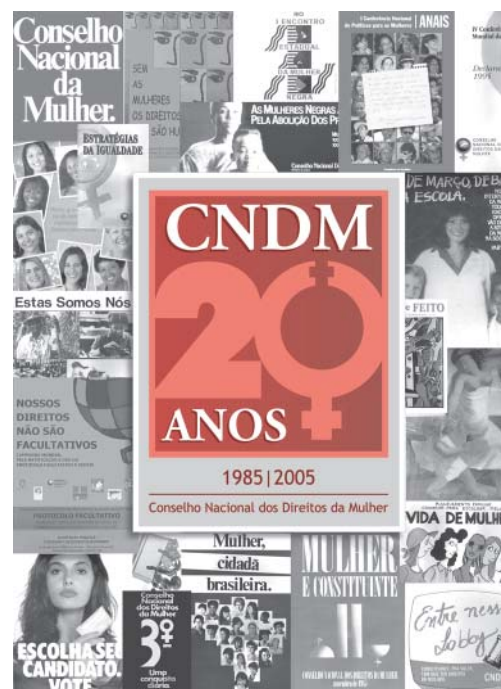
O Governo Lula também propiciou o envolvimento da sociedade nos debates e foros internacionais para a superação da desigualdade de gênero. Representantes de organizações não-governamentais integraram as delegações brasileiras nas conferências e reuniões que aconteceram na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no âmbito o Mercosul.

Em 2004, por exemplo, representantes de várias organizações não-governamentais e sindicatos participaram da delegação brasileira na 9ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ocorrida no México. O mesmo ocorreu em 2005, quando o Brasil participou da 49ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), em Nova Iorque (Beijing +10).

Na Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), que acontece a cada semestre em um dos países membro (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela – este último incorporado em 2006), o Brasil propôs e foi aprovada a participação de entidades regionais do movimento social de mulheres.

Signatário desde 1984 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW/ONU), o Brasil contou com o apoio da sociedade para a elaboração do quarto relatório depositado na ONU em 2002 e apresentado pela SPM em 2003 na 29ª Sessão do Comitê CEDAW.

Da mesma forma, o sexto relatório periódico entregue à ONU no primeiro semestre de 2006 foi elaborado por um grupo de trabalho interministerial, que contou com a participação de representantes de organizações da sociedade civil, integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



A SPM, ao reafirmar a importância dos processos participativos, reconhece que os programas e ações implementados para a superação das desigualdades, ao longo desses anos, foram conquistas resultantes de um processo democrático cujo respaldo maior veio da sociedade brasileira.

Reconhecendo a História

Ao assumir o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a SPM, mas ao fazê-lo não desconsiderou o que as mulheres brasileiras já haviam conquistado. Manteve em funcionamento, como parte integrante da estrutura da SPM, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Com isso, valorizou e considerou a tradição, a história do movimento feminista e de mulheres e a necessidade de fortalecimento das instâncias de controle social.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Nesses 20 anos, a entidade teve suas funções e atribuições bastante alteradas, sendo quase extinta em 1990, por conta da Medida Provisória 150 que retirava sua autonomia administrativa e financeira. No entanto, resistiu e continuou a atuar como referência institucional histórica de defesa e promoção dos direitos das mulheres brasileiras.



Atualmente, o CNDM é composto por representantes de 20 entidades da sociedade civil, de 13 ministérios e por 3 mulheres com notório saber nas questões de gênero. Nesses anos, o Conselho reuniu-se periodicamente e teve importante participação nas principais ações da SPM. Atuando como espaço de controle social e de interface com a sociedade civil, o Conselho Nacional participou de todas as comissões constituídas pela SPM desde a Comissão Organizadora da I Conferência. O diálogo respeitoso independente com a SPM foi a marca das duas composições do CNDM nos últimos quatro anos.

Ao todo, realizaram-se 18 reuniões no período 2003–2006, envolvendo todos os temas que foram objeto do trabalho da SPM e de interesse das mulheres brasileiras.

Em 2005, foi celebrado o aniversário de 20 anos do CNDM. Na ocasião, reuniram-se as ex-presidentas do Conselho que participaram juntamente com as atuais conselheiras e convidadas/os de sessão solene no Congresso Nacional e de discussões nas quais a trajetória combativa do CNDM e a necessidade de aprofundamento de sua dimensão de espaço de controle social foram temas centrais.

A partir de 2006, iniciou-se o trabalho de recuperação do acervo com os 20 anos da história do CNDM, realizado em parceria com o Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB). Essa ação envolveu o tratamento técnico do acervo documental para a preservação e a organização da memória existente, além da implantação de um sistema informatizado para consultas e pesquisas. O Centro de Documentação e Memória da SPM/CNDM iniciou suas atividades abrindo sua biblioteca ao público, para consultas externas, a partir de dezembro de 2006.

a partir de dezembro de 2006.

A Secretaria também estimulou a criação e atuou em parceria com conselhos estaduais e municipais de direitos das mulheres, reconhecendo-os como importantes instrumentos para o aprofundamento e consolidação das políticas para as mulheres.



O CNDM realizou 18 reuniões no período de 2003-2006

Principais pautas: PPA 2004/2007; Programa Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência; Relatório da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher/CEDAW; I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; Planejamento Familiar; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Comissão Tripartite para a revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez; trabalho doméstico; Lei Maria da Penha; Central de Atendimento à Mulher; Feminização da AIDS; dentre outras.

Aprovação de 11 moções, dentre elas: Apoio à decisão liminar do Supremo Tribunal Federal que autorizou a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos; pelo SIM ao desarmamento; apoio à proposta elaborada pela Comissão Tripartite referente à revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez; apoio à criação da grife de roupas “Daspu”, em solidariedade à iniciativa das profissionais do sexo do Estado do Rio de Janeiro; pelo preenchimento da vaga para ministro do Tribunal Federal por uma mulher; carta ao Congresso Nacional para priorizar a votação do Projeto de Lei 4559/04 (atual Lei Maria da Penha); carta ao presidente da República solicitando empenho para o descontingenciamento dos recursos orçamentários destinados ao cumprimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Comissões integradas pelo CNDM: Comissão para Elaboração do Projeto de Lei para Coibir a Violência contra a Mulher; Comissão para a Organização da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; Comissão para a Elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); Comitê de Monitoramento do PNPM; Comissão Tripartite para a revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez; Comissão para a criação do Observatório para monitorar e acompanhar a implementação e a aplicação da Lei Maria da Penha e da Convenção de Belém do Pará.

Construindo Novos Espaços

Já nos “Alertas Feministas”, documentos elaborados em anos eleitorais, os movimentos feminista e de mulheres sempre discutiam a necessidade de que as políticas governamentais contemplassem a questão de gênero. Em 1988, surgiram os primeiros desenhos de uma instância pública com *status* de secretaria municipal/estadual com a atribuição de coordenar as políticas para as mulheres no conjunto dos governos, dando centralidade às ações pertinentes às mulheres.

Nesse ano, com a sedimentação do processo democrático e com os movimentos sociais fortalecidos, algumas prefeituras eleitas abraçaram uma agenda progressista e específica para as mulheres. Assim, foram criados os primeiros Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres - as Coordenadorias da Mulher.

Inicialmente, as Coordenadorias foram idealizadas como estrutura de transição - um agente na construção das políticas de gênero nos governos, representando não só um canal de acolhimento das demandas elaboradas pelo movimento feminista e de mulheres, mas com a função de propor políticas transversais e, muitas vezes, coordenar e executar diretamente aquelas ações e programas até então inexistentes em quaisquer outras secretarias.

As Coordenadorias inovaram a gestão pública ao subverter, no campo governamental, a ótica, até então, exclusivamente masculina de pensar a política. Assim, o específico passou a ser considerado na implementação das políticas públicas. Tratou-se não simplesmente de assistir ou proteger as mulheres, mas considerar a sua inclusão no rol das políticas públicas como sujeito que interfere a partir do exercício da sua própria cidadania. Dessa interferência, surgiram vários programas específicos para as mulheres nas áreas de saúde, educação, trabalho, implantados em algumas prefeituras.

Desde 1988, quando a então prefeita Luiza Erundina e o prefeito Celso Daniel implantaram as primeiras Coordenadoria e Assessoria da Mulher, respectivamente, tem sido uma dura batalha a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Um dos grandes desafios começa pelo próprio convencimento do Chefe do Executivo sobre a sua necessidade. Outra dificuldade são as precárias condições de trabalho desses organismos.

Escassos recursos humanos, administrativos, financeiros e materiais, além da distância do núcleo decisório e de poder e conseqüente dificuldade para incidir sobre as decisões e políticas dos próprios governos são um retrato freqüente dos órgãos encarregados das políticas para as mulheres no nível local.

Mesmo com todas as dificuldades, a avaliação que se faz desses mecanismos é extremamente positiva. É seguro dizer que a atuação dessas



Coordenadorias, em estados e municípios, inspirou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada diretamente à Presidência da República, acolhendo uma bandeira de luta antiga do movimento feminista e de mulheres.

A SPM buscou, nesses quatro anos, uma interlocução e permanente parceria com os organismos estaduais e municipais. Foi assim que em 2004 reuniram-se os 13 organismos existentes, até então, e decidiu-se criar o Fórum Nacional de Coordenadorias, posteriormente denominado Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.




Em agosto de 2004, foi realizada a primeira reunião do Fórum. Neste período, foram dez reuniões em âmbito nacional e quatro regionais, em que os organismos representados no Fórum passaram a discutir as políticas, em nível local e nacional, e a integrar as comissões criadas pela SPM.

A partir do apoio e incentivo, dado pela SPM, à criação dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (iniciativa que se transformou posteriormente na ação 5.3.2 do PNPM) e com a renovação dos executivos municipais, em 2004, ocorreu um forte salto no número de organismos existentes. Dos 13, em 2004 (pesquisa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM), chegou-se a 125 organismos, entre estaduais (9) e municipais (116), em 2006.

Na avaliação da Coordenadora de Políticas para as Mulheres de Belo Horizonte, Márcia de Cássia Gomes, “o resultado é positivo e temos o compromisso de dar continuidade e trazer outras ações e perspectivas que não só avancem, mas que alterem as condições de desigualdades que existem entre homens e mulheres em nosso país”.



Coordenadorias

-  Novas
a partir de junho 2004
-  Já existiam
em junho 2004
-  Deixaram de existir
a partir de junho 2004



“As políticas públicas só vão se modificar quando pudermos transversalizar o conceito de gênero, quando a estrutura do Estado der o mesmo lugar às mulheres e aos homens”.

*Madalena Faiaz
Ministra da Mulher da Argentina*

Foros Internacionais de Mulheres

A ação do Governo Federal, no cenário internacional, pautou-se na defesa da incorporação da justiça social às propostas de desenvolvimento econômico e na construção de uma ordem mundial mais equânime, mais justa e mais solidária. Além da agenda do combate à fome e erradicação da pobreza, a defesa de um maior equilíbrio nas relações comerciais e de um modelo de globalização mais humano e não-excludente foi a marca brasileira em todos os foros internacionais.

Seguindo essas orientações gerais, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres buscou responder às iniciativas globais para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas e atuou no sentido de implementar, no Brasil, os compromissos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres assumidos pelo Estado brasileiro. Esta tarefa foi realizada em estreita parceria com o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

A SPM, neste período, participou ativamente de todas as instâncias internacionais que tratam dos direitos das mulheres; buscou a implementação dos acordos assinados pelo Brasil, incorporando-os ao PNPM;

e estreitou o diálogo e a interação com os mecanismos institucionais de políticas para mulheres de outros países membros dessas instâncias internacionais em especial aqueles da América Latina e Caribe.

A SPM abraçou com dedicação os compromissos internacionais, entendendo que na medida em que o Brasil consegue ocupar espaços de maneira positiva no cenário internacional, há um fortalecimento interno das políticas de promoção de igualdade entre os gêneros. Da mesma forma, os avanços internos fortaleceram e estimularam os avanços no cenário internacional.

Nos últimos quatro anos, o Brasil se fez representar em todas as reuniões de foros internacionais em defesa dos direitos das mulheres, na ONU (17), na OEA (8) e no MERCOSUL (12).

Uma maior presença nos foros internacionais correspondeu, também, a uma maior participação brasileira nos colegiados de direção de instâncias multilaterais. Na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo, a ministra da SPM, Nilcéa Freire, ocupou a presidência no período 2004–2006, sendo a primeira vez na história da Comissão, criada em 1928, que uma brasileira ocupa este cargo.

Em sua gestão, importantes decisões foram consolidadas no órgão. Uma delas foi a implementação do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará. A partir desse instrumento, os países signatários da Convenção assumiram o compromisso de prestar contas regularmente das políticas desenvolvidas para “prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher”.

Nesse período, o Brasil integrou a mesa diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

O Brasil sediou a Reunião Técnica Preparatória à 48ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU) e participou da reunião governamental dos países

da América do Sul, preparatória da IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ocorrida na Cidade do México, em 2004. Nessa reunião, a delegação brasileira protagonizou um importante papel na aprovação do Consenso do México.

O Brasil também buscou uma atuação intensa e articulada com delegações de outros países na defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres. Na 49ª Reunião da CSW - palco para a avaliação dos 10 anos da Plataforma de Beijing, a conjuntura internacional e a correlação de forças entre os blocos de diversas delegações nacionais compunham um cenário propício a recuos em relação à Plataforma. A delegação brasileira – em conjunto com outras delegações, principalmente da América Latina – trabalhou incansavelmente com o propósito de impedir retrocessos em relação aos compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

Em 2007, o Brasil apresentará na sede da ONU, em Nova Iorque, o sexto relatório periódico referente ao cumprimento das obrigações relativas à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/ONU). Embora signatário da Convenção, desde 1984, durante quase 20 anos o país deixou de apresentar os relatórios junto ao Comitê CEDAW. A SPM assumiu este compromisso a partir de 2003 e, desde então, passou a apresentar com regularidade os relatos oficiais do país.



“A Lei Maria da Penha é o instrumento jurídico mais completo e eficaz de que dispomos no combate à violência intrafamiliar e doméstica contra a mulher, no sentido preventivo e protetivo. É também marco histórico de integração da ordem jurídica interna (constitucional e legal) com a ordem externa, no sentido da melhor proteção dos direitos humanos das mulheres (...)”.

Desembargadora Shelma Lombardi de Kato

*Membro do Tribunal de Justiça de Mato Grosso / Presidenta em exercício da Associação Nacional de Magistradas – ANM
Diretora para o Brasil da International Association of Women Judges (IAWJ) / Membro da Associação Juízes para a Democracia.*




Marcos Institucionais

Nunca se caminhou tanto como nas últimas três décadas na construção e no reconhecimento dos direitos das mulheres. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos no que concerne à igualdade entre homens e mulheres na família, na educação, na saúde, na reprodução, no enfrentamento à violência, no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Contudo, antes do advento da Carta Magna, as mulheres já haviam conquistado importantes vitórias, começando, em 1932, com o direito de votar e serem votadas. Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) lhes concedeu um poder maior de decisão sobre suas vidas. Em 1977, a Lei do Divórcio (Lei 6.515) permitiu a ruptura do vínculo conjugal e a possibilidade de um novo casamento.

No Governo Lula, foram aprovadas novas leis e alteradas outras vigentes que passaram a influenciar positivamente a vida das brasileiras. As alterações no Código Penal e a aprovação de legislação nos campos do direito do trabalho, da violência doméstica, da saúde, entre outros, foi exemplo da atuação do Poder Executivo em consonância com o Legislativo para promover os direitos das mulheres.



Em 2003, o Governo Federal sancionou a Lei 10.745, de iniciativa do Legislativo, instituindo 2004 como Ano da Mulher no Brasil, iniciativa que impulsionou diversas atividades destinadas à discussão sobre a situação das mulheres no país. Dentre as inúmeras atividades promovidas neste ano, destacou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Neste mesmo ano, outras três importantes leis foram aprovadas e sancionadas: a Lei 10.714 que possibilitou, posteriormente, a criação da Central de Atendimento à Mulher; - Ligue 180; a Lei 10.778 que instituiu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde, públicos ou privados; e a Lei 10.651 tornando obrigatório o esclarecimento à população quanto ao uso da talidomida, medicação utilizada por portadores de hanseníase e AIDS, mas que tem sérios efeitos colaterais sobre as mulheres grávidas.

No tema reprodução humana assistida, o Congresso Nacional aprovou, após intenso debate, a Lei 11.105/2005, de iniciativa do Executivo, que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal. Essa legislação garante a utilização de células-tronco embrionárias humanas para pesquisa e terapia. Outra vitória das mulheres no campo da saúde foi a lei 11.108/2005 referente ao parto humanizado. Ela assegurou à mulher o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato no Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma Vida com Direitos Iguais

Em 2005, foi introduzido um conjunto de modificações no Código Penal brasileiro, com a sanção da Lei 11.106. Elaborado por uma e para uma sociedade patriarcal, o Código Penal, que data de 1940, colocou durante anos a mulher em uma posição de inferioridade e confirmou o conservadorismo vigente no país.

Com as modificações, a figura da “mulher honesta” - virgens ou casadas - e o crime de adultério foram abolidos da lei brasileira. Como consequência, a tese de “legítima defesa da honra”, invocada nos tribunais de júri durante décadas na defesa de homens que haviam cometido assassinato de mulheres, ficou enfraquecida.

Outra importante modificação foi o fim do perdão para os crimes contra os costumes, como o estupro e o assédio sexual. A lei permitia o casamento do autor ou de outros com a vítima e isso colocava fim às acusações contra o agressor. Já o artigo 231, que tratava do tráfico de mulheres, mudou sua redação para abordar o tráfico interno e internacional de pessoas, podendo, portanto, ter como vítimas homens e mulheres.

É importante destacar, ainda, que um ano antes dessas modificações, a lei 10.886 de 17/06/04 já havia acrescentado ao artigo 129 do Código Penal a tipificação do crime de violência doméstica. As mudanças no Código Penal atenderam, em sua maioria, às recomendações do Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

Uma Vida Livre de Violência

Durante as últimas décadas, o movimento feminista e de mulheres pressionou o Estado a assumir o seu papel no enfrentamento à violência contra a mulher. Depois de anos de reivindicação e da falta de uma punição mais rigorosa para os agressores, no dia 7 de agosto de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.340, construída democraticamente e aprovada por unanimidade no Congresso Nacional.

A nova legislação, batizada de Maria da Penha em homenagem à farmacêutica que, por duas vezes, foi vítima de tentativa de assassinato pelo marido, representou uma grande conquista das mulheres.

A lei prevê medidas inéditas de proteção para a mulher que está em situação de violência e corre risco de morte. As medidas, que variam caso a caso, vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e filhos, até o direito da mulher reaver seus bens e cancelar procurações conferidas ao agressor.

A lei também estabeleceu medidas de assistência social, como a inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais dos Governos Federal, estaduais e municipais.

Até a sanção da lei, os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher eram considerados de “menor potencial ofensivo” e julgados pelos Juizados Especiais Criminais, junto com brigas de vizinho ou de rua, acidentes de trânsito, dentre outras. A nova lei reconheceu o potencial extremamente ofensivo da violência doméstica e determinou que esses crimes fossem julgados nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criados pelos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal.



Outra inovação é que a lei tipificou a violência doméstica e familiar contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e reconheceu a violência psicológica como forma de violência. A violência sexista, até a aprovação da Lei Maria da Penha, era vista como um problema de cada mulher ou de cada família e era justificada com clichês: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, ou “tapa de amor não dói”.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha, além de efetivar um direito constitucional, o Brasil passou a ser o 18º país da América Latina e Caribe a contar com uma lei de combate à violência doméstica.

Uma Vida com Trabalho Decente

Para incentivar a formalização do trabalho doméstico, o Governo Federal editou, em março de 2006, a Medida Provisória nº 284, transformada, em agosto do mesmo ano, na Lei 11.324. A lei permite que o contribuinte que paga Imposto de Renda (IR) e emprega um trabalhador doméstico deduza na declaração do Imposto de Renda os 12% recolhidos mensalmente à Previdência Social referentes à con-

tribuição patronal. Atualmente, existem 6,5 milhões de empregadas domésticas no país - 4,8 milhões trabalhando na informalidade.

A nova legislação - construída coletivamente pela SPM, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) – estabeleceu que o abatimento no IR seja feito pelo empregador sobre um salário mínimo e de somente um trabalhador doméstico, valendo a partir da declaração de 2007, ano base 2006. O abatimento deve ser aplicado sobre o imposto devido, tendo reflexos mais efetivos do que as demais deduções para centenas de milhares de contribuintes que poderão abater integralmente a parcela patronal recolhida ao longo do ano à Previdência Social.

Cerca de 1,12 milhões de empregadores foram incentivados a registrar seus trabalhadores domésticos na carteira profissional, possibilitando sua inclusão previdenciária, segundo estudo do Ministério da Previdência Social. Esse incentivo permanece até 2011, quando se fará uma avaliação dos resultados. A medida foi uma das ações do governo anunciadas na semana em que se comemorou, em 2006, o Dia Internacional da Mulher - 08 de março. Nesta mesma data, a SPM lançou o projeto “Capacitando para a Cidadania”, que consistiu na realização de oficinas de qualificação para as trabalhadoras.

Para esclarecer à população, a SPM lançou, em março de 2006, a Campanha Nacional de Rádio para o incentivo do Governo Federal à formalização e valorização das trabalhadoras domésticas do Brasil. Do dia 27 de março até o dia 10 de abril, 79 emissoras de rádio AM/FM líderes de audiência nos estados veicularam dois spots de rádio de 30 segundos cada, dirigidos às trabalhadoras domésticas e suas empregadoras, mostrando os benefícios da medida e a importância da carteira assinada.

A Lei 11.324 também assegurou novas conquistas às trabalhadoras domésticas, resultado de intensos debates do Governo Federal com o Congresso Nacional e com as associações e sindicatos de trabalhadoras domésticas. A partir da sanção da lei, as trabalhadoras domésticas passaram a

ter direito a férias anuais de 30 dias, repouso semanal remunerado aos domingos e feriados e a estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. O empregador não poderá mais descontar do salário despesas com alimentação, moradia e material de higiene.

Todas as conquistas no plano legislativo, em benefício da qualidade de vida das mulheres, nesses quatro anos, só foram possíveis graças ao entrosamento entre a SPM e a Bancada Feminina, tanto da Câmara quanto do Senado Federal, e a ampla participação da sociedade civil organizada. Antes de chegar à sanção presidencial, a Lei Maria da Penha, por exemplo, foi intensamente debatida com a sociedade, através de audiências públicas organizadas pela Câmara dos Deputados. Outro exemplo, foi a mobilização do Congresso para as discussões sobre as modificações do Código Penal, que realizou diversas reuniões com a SPM e as organizações não-governamentais atuantes no movimento feminista e de mulheres.





"A maioria de nós ainda é muito dependente dos seus maridos. Queremos ter renda para poder comprar batom sem precisar pedir aos nossos companheiros",

Vanuza Mendes, assentada da Reforma Agrária no município de Barras, no Piauí, beneficiada com linha de crédito do Pronaf/Mulher para aquisição de caprinos e galinhas caipiras com fins de comercialização.

Gênero e suas Dimensões

Assegurar que integrantes de segmentos historicamente discriminados, e, portanto, sujeitos à maior vulnerabilidade social, como as mulheres, os negros e as minorias étnicas, tivessem vez e voz foi uma das preocupações demonstradas desde o primeiro dia do governo do Presidente Lula.

No campo da igualdade de gênero, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres representa em si uma ação afirmativa que tem possibilitado lançar um outro olhar sobre as políticas públicas sociais.

Mulheres do Campo

O Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, criado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cumpriu o objetivo de abrir as portas para o acesso das mulheres rurais a direitos básicos da cidadania. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no campo brasileiro, de cada duas trabalhadoras rurais, uma não tem sequer a certidão de nascimento, o que as tornam invisíveis aos olhos do Estado.

Nessa situação, elas não podem se beneficiar da aposentadoria rural, do auxílio maternidade, do crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar, nem de programas sociais como o Bolsa Família, entre outros.

O Programa possibilitou a emissão gratuita de documentos civis - carteiras de identidade, registros de nascimento, CPFs, carteiras de trabalho, carteiras de pescador e registros no INSS – para mais de 165 mil trabalhadoras rurais. Com este resultado (até outubro 2006), foi alcançada 66% da meta proposta no PNPM, que visa beneficiar 250 mil trabalhadoras até 2007.

O Governo Federal criou, em 2003, o Pronaf Mulher, formatado especificamente para a superação dos obstáculos históricos que dificultam o acesso das trabalhadoras rurais ao crédito na agricultura familiar.

Para divulgar o Pronaf Mulher, o MDA realizou Cirandas – eventos de capacitação, discussão e orientação não somente para as trabalhadoras, mas para os agentes das instituições financeiras – e estabeleceu diálogos para aperfeiçoar os procedimentos para a concessão do crédito.

No período 2004–2006, foram realizadas Cirandas do Pronaf Mulher nas cinco regiões do país, o que permitiu que mais de 322 mil trabalhadoras rurais tivessem acesso ao crédito, alcançando 80% da meta prevista pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: chegar ao final de 2007 com crédito concedido a 400 mil trabalhadoras rurais.



Mulheres nas Empresas

No mundo do trabalho, as diferenças salariais entre homens e mulheres revelam a persistência do preconceito e da discriminação contra as mulheres. Dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2005), realizada pelo IBGE, revelaram que, em média, o rendimento mensal das brasileiras representava 71,2% do rendimento dos homens, apesar da escolaridade das mulheres ser superior.

Mitos como o do maior custo do trabalho feminino em função de direitos sociais, como a licença maternidade remunerada, precisam ser desconstruídos.

Como contribuição à reversão deste quadro, a SPM criou o programa Pró-Eqüidade de Gênero que tem a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Seu objetivo foi estimular a adoção de novas práticas no âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional de empresas, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação no ingresso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

Para isso, a estratégia adotada pelo Programa incluiu o incentivo à adesão voluntária das empresas e à elaboração, por elas, de um plano de ação para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, além da assinatura de um termo de compromisso para a sua implementação.

Lançado em setembro de 2005, a edição 2005–2006 atendeu somente as empresas públicas e de economia mista que assumiram o compromisso de realizar ações de promoção da equidade de gênero, ao longo de 12 meses. A edição 2006–2007, lançada em dezembro de 2006, destina-se também às empresas do setor privado.

Na edição 2005/2006, 16 empresas públicas ingressaram no Programa Pró-Eqüidade de Gênero: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Embrapa, Itaipu Binacional, Petrobras, Radiobrás, Centrais Elétricas Brasileiras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Banco do Nordeste, Companhia Energética de Alagoas e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

As empresas que aderiram ao Programa elegeram, dentre as áreas abaixo, pelo menos duas de seu interesse, nas quais se comprometeram a atuar prioritariamente:

- recrutamento e seleção;
- processos de capacitação e treinamento interno;
- ascensão funcional e planos de carreira, cargos, salários e remuneração;
- programas de saúde e segurança no trabalho;
- mecanismos de combate às práticas de discriminação (sexo, raça, deficiência física e mental, estado gestacional, orientação sexual, afiliação política, credo religioso e ocorrência de assédio moral e sexual);
- política de benefícios;
- práticas de sensibilização voltadas para a equidade de gênero internamente e na sua cadeia de relacionamentos;
- propaganda institucional interna e externa.

Cada empresa elaborou um plano de ação interno, com assessoramento técnico do comitê do programa, com metas a serem implementadas até o final de 2006. Das 16 empresas, 11 implementaram todas as etapas previstas no Programa e foram habilitadas ao processo de avaliação final, recebendo no dia 12 dezembro de 2006 o Selo Pró-Eqüidade de Gênero. O selo é um atributo de destaque e distinção à empresa, como entidade comprometida com a equidade de gênero no mundo do trabalho.



Mulheres e seus Empreendimentos

Além do Pró-Eqüidade, a SPM atuou no sentido de ampliar o financiamento para projetos de estímulo à autonomia das mulheres. Para isso, na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, realizada em 2004, foi criada a linha orçamentária de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho. Esta alteração no PPA, permitiu que, a partir de então, fossem apoiados diversos projetos de capacitação para a geração de emprego e renda.

Para desenvolvê-los, a SPM realizou diferentes parcerias com o SEBRAE, o Banco da Mulher, a Associação das Mulheres de Negócios e com diversas organizações não-governamentais e prefeituras.

O convênio com o Banco da Mulher foi firmado em 2005, com o intuito de ampliar o entendimento sobre as especificidades da oferta de crédito e microcrédito e criar condições de auto-sustentação das mulheres. A parceria consistiu em capacitar 480 agentes de microcrédito para o atendimento especializado de mulheres que pretendiam obter crédito e viabilizar seus empreendimentos. As capacitações ocorreram nos anos de 2005 e 2006 nos estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins.



O Banco da Mulher é a mais antiga instituição de microcrédito sem fins lucrativos em atividade no país, fundada em 1984. Ao longo desses 20 anos, a instituição apoiou mais de 40 mil mulheres empreendedoras de baixa renda, com recursos superiores a R\$ 60 milhões.



A SPM também apoiou a realização de cursos de capacitação técnica e gerencial para mulheres, beneficiando 4.046 mulheres em 18 estados. Exemplos dessas iniciativas foram os seguintes projetos: curso de marchetaria e inclusão digital destinado a mulheres de várias faixas etárias, uma parceria com a Prefeitura de Guarulhos; capacitação de pescadoras de Florianópolis (SC); agricultura e artesanato quilombola, em São Lourenço do Sul (RS); curso de gestão de pequenos negócios produtivos nas áreas de corte e costura e panificação, em Caucaia (CE) e oficina de costura, em Santo Afonso (MT). Além disso, foram apoiados oito projetos objetivando a formação de cooperativas e de associações de mulheres destinadas à geração de renda.

O prêmio SEBRAE Mulher Empreendedora, iniciativa que já está na sua terceira edição, fruto de convênio com a SPM e a Associação de Mulheres de Negócio (BPW-BRASIL), nas duas primeiras edições, premiou 125 mulheres e seus empreendimentos.

Mulheres no Trabalho Doméstico

O diálogo entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resultou, em 2005, na elaboração do Programa Trabalho Doméstico Cidadão. A finalidade do programa foi contribuir para a qualificação social e profissional das mais de seis milhões de trabalhadoras domésticas do país.

Junto com a SPM, SEPPIR e MTE, também estavam incluídos nesse projeto o Ministério das Cidades, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Previdência Social (MPS), a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).

Um dos desdobramentos do Programa foi o Acordo de Cooperação firmado com a Caixa Econômica Federal, para promover a construção de casas populares destinadas às trabalhadoras domésticas. O acordo beneficia famílias de trabalhadoras domésticas de baixa renda, residentes em locais precários (favelas, mucambos, palafitas, casas de taipa ou palha etc.) localizados em áreas metropolitanas e núcleos rurais. Os primeiros municípios escolhidos para participar da experiência piloto de construção de casas populares são Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju, Salvador e São Luís.

No sentido de elevar a escolaridade das trabalhadoras das sete cidades piloto, desde janeiro de 2006, o Programa Trabalho Doméstico Cidadão também oferece aulas noturnas destinadas à formação no ensino fundamental (1ª a 8ª séries). As trabalhadoras beneficiadas recebem seus certificados pelo Ministério da Educação, ao final de um ano. As aulas são ministradas levando-se em conta a realidade social das trabalhadoras e a sua atividade profissional.

Outra ação afirmativa destinada às trabalhadoras domésticas foi a Campanha Nacional de Valorização e Formalização do Trabalho Doméstico, realizada em 2006, sob a coordenação da SPM, com a sanção da já citada Lei n.º 11.324 de 19/07/06 de incentivo à formalização do trabalho doméstico.

Mulheres com Saúde

As políticas para as mulheres no campo da saúde foram objeto de investimentos significativos por parte do Governo Federal. Por meio da parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde (em especial a Área da Saúde da Mulher do Ministério), várias ações se desenvolveram: a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, as Diretrizes Estratégicas para Controle e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama, a normatização da Atenção Humanizada ao Abortamento Legal e a Notificação Compulsória são alguns exemplos.

A Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos tem como objetivo garantir os direitos de mulheres, homens e adolescentes à uma vida sexual plena e saudável, ao acesso ao planejamento familiar nos termos da legislação nacional sobre a matéria e à reprodução assistida a todos os casais que assim o desejarem. A ampliação da oferta de métodos contraceptivos reversíveis (não cirúrgicos) e do acesso à esterilização cirúrgica voluntária estão entre as prioridades.

O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna, lançado em março de 2004, alcançou uma redução de 8,7% da morte materna e de 7,3% da neonatal. Foram qualificadas 138 equipes das maternidades de referência no SUS e, até o final de 2006, a expectativa era de que mais 282 equipes recebessem qualificação.

Outra preocupação constante do PNPM é o enfrentamento à epidemia do HIV/AIDS entre as mulheres. De 1980 a 2005, do total de casos notificados, 67,2% foram do sexo masculino (290.917 casos) e 32,8% do feminino (142.138 casos). Em 2003, a taxa de incidência foi de 25,4 por 100.000 habitantes entre homens e 16,1 por 100.000 habitantes entre mulheres. A razão de sexos vem diminuindo sistematicamente, passando de 15,1 homens por mulher em 1986 para 1,5 homens por mulher, em 2005.



Visando sustar o avanço da doença entre as mulheres, o Ministério da Saúde, em 2004, no Dia Mundial de Luta contra a AIDS, dedicou sua campanha às mulheres: “Mulheres, Meninas, HIV e AIDS”. Em 2006, o enfrentamento à elevação dos índices entre as mulheres ganhou um reforço com a campanha “A vida é mais forte que a AIDS”, lançada no dia 1º de dezembro, no Dia Mundial de Luta contra a AIDS.

O Programa Nacional de DST/AIDS e a Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e a SPM estão trabalhando no desenvolvimento do Plano Nacional de Ações Integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV, no Brasil. A iniciativa foi discutida

no VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DSTs e AIDS, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 2006. Mais precisamente no Fórum de Mulheres que aconteceu no âmbito do Congresso, no qual estiveram presentes a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a diretora do Programa Nacional de DST/AIDS, Mariângela Simão, além de inúmeras organizações do movimento feminista e de mulheres, incluídas as organizações de mulheres vivendo com AIDS.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) se comprometeu a apoiar o Plano Nacional de Ações Integradas para o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV, no Brasil. A decisão foi anunciada no Congresso de Belo Horizonte.



“Oito meses após o primeiro atendimento realizado pela equipe do Centro de Referência e Apoio à Mulher do Projeto Iluminar, G. M. R. já se sente melhor. Separou-se do marido, depois de dez anos sendo agredida fisicamente e verbalmente e forçada a manter relações sexuais. Hoje, G. faz parte do Grupo de Multiplicadoras do Centro - mulheres que participam dos objetivos, avaliações e planejamento do serviço. G. rompeu o ciclo da violência”.

História de G.M.R relatada ao Centro de Referência e Apoio à Mulher de Campinas (SP).

Enfrentando a Violência

Nenhuma sociedade escapa à violência de gênero, um fenômeno presente em todas as classes sociais que se concretiza na violência física, sexual e psicológica contra as mulheres.²

Os números são expressivos. A cada 18 segundos uma mulher é agredida no mundo, revelou um relatório da Organização Mundial de Saúde sobre violência doméstica, apresentado em 2005, em Genebra. O estudo ouviu 24 mil mulheres em dez países e mostrou que, no Brasil, 29% das paulistanas com parceiros regulares e 37% das pernambucanas da Zona da Mata já sofreram violência física ou sexual.

Com o objetivo de interferir nessa realidade, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres investiu na formulação e na implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Com essa política, o Governo Federal mudou a perspectiva do combate à violência contra a mulher, reconhecendo que o Estado deve assumir a responsabilidade pelo seu enfrentamento.

² Blay, Eva. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres in: *Revista USP*, N° 49 – São Paulo: Editora USP, 2001.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - construída a partir da premissa de que as mulheres devem ser fortalecidas no sentido de que elas próprias possam romper com o ciclo perverso da violência - baseia-se na estruturação e na ampliação da rede de serviços especializados para garantir o atendimento integral às mulheres em situação de violência; na conscientização e capacitação dos agentes públicos para atendimento e prevenção; na ampliação do acesso das mulheres à justiça; e no apoio a projetos educativos e culturais.

Nesse período, importantes parcerias foram firmadas com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), o Ministério da Saúde, os governos estaduais e municipais e as organizações não-governamentais para transformar essa política em realidade.



Tecendo a Rede

O enfrentamento à violência contra as mulheres só é possível com o envolvimento do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e da sociedade em geral. A atuação em rede propicia a reunião de esforços e a otimização de recursos humanos e materiais tanto dos poderes instituídos quanto da sociedade.

A estruturação das redes de serviços pressupõe o estabelecimento de parcerias entre diferentes esferas governamentais no estabelecimento e na manutenção de serviços especializados (delegacias da mulher, casas-abrigo, centros de referência, serviços de apoio jurídico,

defensorias públicas, serviços policiais e serviços da rede pública de saúde, dentre outros). Seu objetivo é garantir assistência integral às mulheres em situação de violência.

O país conta hoje com 63 Casas-abrigo, 83 Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, 14 Defensorias Públicas da Mulher e 392 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e postos de atendimento. Ao todo, são 160 serviços em todo o país, excluídas as DEAMs. Deste total, a SPM apoiou técnica e financeiramente 93,12% dos serviços: 18 na região Norte, 23 na Nordeste, 13 na Centro-Oeste, 77 na Sudeste e 18 na Sul. Para tecer a rede, o Governo Federal investiu, entre 2003 e 2006, mais de R\$ 30 milhões. Em 2006, foram apoiados outros 19 Centros de Referência e 15 Casas-abrigo que deverão ser inauguradas no decorrer de 2007.

Os Centros de Referência são estruturas essenciais no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher da Política Nacional, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Estas instituições exercem o papel de articuladoras dos serviços governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.

Entendendo o papel dos Centros de Referência como elo dos demais serviços, a SPM investiu na sua ampliação, em todo o país. Nesses quatro anos, o número desses serviços mais do que triplicou. Em 2002, existiam 17 e em 2006 chegou-se a 83, localizados em 90% das capitais brasileiras e em 25% das cidades com mais de 100 mil habitantes.



Esta política possibilitou a ampliação do atendimento às mulheres em situação de violência. Em 2002, o atendimento informado era de 34.994 mulheres, saltando, em 2006, para 80.424. Cabe ressaltar que estes dados são precários, não representando certamente a totalidade do atendimento.

A movimentação em torno da implementação do PNPM e da Política Nacional também pode ser observada no aumento do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e na reestruturação de parte delas. A partir de 2004, foram inauguradas mais 46 DEAMs. No processo de reestruturação destas Delegacias, a parceria com a SENASP foi fundamental.

Uma das grandes dificuldades das mulheres no enfrentamento à violência é o acesso à Justiça. Nesse sentido, a SPM também investiu no fortalecimento e na criação das Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher: já são 14 integrando a rede.

A sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) assegurou direitos às mulheres, estabelecendo procedimentos policiais e jurídicos e reafirmando a concepção de atendimento em rede. Além disso, propôs a criação de uma nova instância no Judiciário para julgar os crimes de violência contra a mulher: os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Com a lei, em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, os Tribunais de Justiça dos estados foram instados a se mobilizarem para a criação de novos juizados ou adaptação de estruturas já existentes. Com apenas 60 dias da legislação em vigor, mais de 100 juizados já haviam sido criados ou adaptados para atenderem a esta nova demanda.



No campo da saúde, o Ministério da Saúde, em parceria com a SPM, estimulou e apoiou a criação de 39 serviços de atendimento a casos de violência sexual e intensificou a distribuição de contraceptivos de emergência - a pílula do dia seguinte.

Atualmente 121 hospitais de referência formam a Rede de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Sexual, utilizando um mesmo protocolo de atendimento que inclui: a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS e a contracepção de emergência. Desses hospitais, 53 prestam os serviços de interrupção da gravidez previsto por lei.

A Lei 10.778 de 24/11/03 - que criou a notificação compulsória dos casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde, públicos ou privados - também contribuiu para o fortalecimento e qualificação da rede. A SPM participou ativamente das discussões com o Ministério da Saúde sobre a notificação compulsória e a criação da ficha padrão para os registros dos casos de violência contra a mulher.

A lei de notificação integra uma política global do Ministério da Saúde de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde. Após sua sanção, o Governo Federal instituiu, em junho de 2004, por meio do Decreto Presidencial nº 5.099, o Projeto de Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinela (VIVA), com a finalidade de conhecer melhor o perfil epidemiológico das violências e dos acidentes notificados pelos hospitais e serviços especializados de atendimento às vítimas de violência em todo o país.

O Projeto atualmente está em desenvolvimento em 39 municípios selecionados para a 1ª fase. O Governo Federal promoveu, em 2006, a capacitação dos profissionais de saúde responsáveis pelo preenchimento das fichas de notificação e pelo seminário de avaliação. Com as informações coletadas pelos Serviços Sentinela será possível dimensionar os casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde públicos ou privados e caracterizar as circunstâncias da violência e o perfil das vítimas.

Tecer a rede e fazê-la de fato acessível a todas as mulheres que vivenciam a violência é um dos principais desafios para os próximos anos.



Padronizando o Atendimento

Estabelecer um padrão de atendimento de qualidade para todos os serviços oferecidos na rede exigiu e continua a exigir esforços conjuntos do Governo Federal, dos estados e dos municípios. O primeiro passo nessa direção foi dado. Hoje, existem normas de padronização destinadas às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e aos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, cuja formulação envolveu a participação das/os profissionais que atuam nestes serviços, bem como a contribuição de especialistas na área de violência contra a mulher.

A norma técnica das DEAMs foi discutida pela SPM, SENASP e delegadas e aprovada no Encontro Nacional de Delegadas das DEAMs de 2005, em Belo Horizonte (MG). Já adotada em alguns estados, prevê o atendimento exclusivo às mulheres; funcionamento em horário integral (24 horas); criação de coordenações estaduais; atuação integrada das delegacias junto à rede especializada de atendimento às mulheres; e definição do papel da autoridade policial – o de apurar, investigar e tipificar os delitos.

A norma técnica dos Centros de Referência foi resultado do primeiro Encontro Nacional de Centros de Referência, realizado pela SPM, em maio de 2005, no Rio de Janeiro. Esta norma visa garantir o marco conceitual, a orientação para os procedimentos de rotina de atendimento, um fluxograma que defina o percurso desde a chegada da mulher ao Centro até o seu encaminhamento e acompanhamento, além do uso de fichas uniformizadas para a montagem de um cadastro único.

As normas de padronização das DEAMs e dos Centros de Referência encontram-se disponíveis no *site* www.spmulheres.gov.br, no item Publicações.

Capacitação

A capacitação de profissionais constitui-se em um dos maiores desafios no enfrentamento à violência. Trata-se de modificar atitudes, incorporar novos valores à prática profissional cotidiana e desenvolver uma escuta qualificada.

Assim, no período de 2003–2006, mais de 6.800 profissionais em todo o país foram capacitados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com o Ministério da Saúde e a SENASP e por meio de convênios com organizações não-governamentais. A capacitação utilizou a matriz metodológica desenvolvida pelos parceiros e destinou-se aos profissionais de hospitais, centros de referências, casas-abrigo, defensorias públicas, segurança pública e demais órgãos vinculados aos executivos estaduais e municipais relacionados à rede.

Ainda na área da segurança pública, vale destacar as oficinas de capacitação de policiais no combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, realizadas com o objetivo de sensibilizá-los para uma visão integrada e multidisciplinar do tema. As oficinas aconteceram em 2004 e 2005, em uma ação coordenada entre a SENASP, SPM, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher também estimulou a inclusão da disciplina sobre gênero na matriz curricular das academias de polícia, garantindo avanços na modificação do comportamento dos profissionais da segurança pública frente à violência contra a mulher. Vinte e três estados implantaram a disciplina em suas matrizes curriculares.



Ligações que Fazem a Diferença

Para apoiar mulheres em situação de violência e orientá-las quanto aos procedimentos necessários para obter ajuda, a SPM criou, em 2003, uma ouvidoria e, em 2005, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

A ouvidoria é um espaço de escuta qualificada para se fazer denúncias e reclamações quanto à discriminação e violência contra a mulher. Atua em articulação com outros serviços de ouvidoria do país e com as redes de atendimento locais, encaminhando casos e proporcionando atendimento direto, e auxiliando as vítimas na preservação, garantia e defesa de seus direitos individuais e coletivos junto aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

A Central de Atendimento à Mulher, inaugurada no dia 25 de novembro de 2005 (Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher), funcionou durante quatro meses em caráter experimental, de segunda a sexta, das 7h às 18h40. Em abril de 2006, conforme previsto, passou a funcionar 24 horas, inclusive aos domingos e feriados. A ligação é gratuita e atende todo o território nacional.

Ao oferecer esses serviços, o Governo Federal fortaleceu a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e, ao mesmo tempo, tem em mãos instrumentos que permitem aprofundar o conhecimento sobre os números e a forma como se expressa essa violência.

Segundo dados da Central, no período de 18 de abril a 25 de novembro de 2006, foram atendidas 1,7 milhões de ligações de todo o país. Das ligações que resultaram em atendimento efetivo, 47,29% envolveram denúncias feitas por mulheres que sofreram violência física, psicológica e sexual. O segundo maior volume de ligações foi de mulheres que buscaram ajuda (39,43%) através de informações sobre



a localização dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Outras 5,17% ligaram para o número 180 para obter informações sobre os seus direitos legais e as 8,11% restantes para reclamar ou sugerir melhorias nos serviços da rede.

Tráfico de Pessoas

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgados em 2005, revelaram que cerca de 2,4 milhões de pessoas já foram traficadas em todo o mundo, sendo as mulheres e as meninas a maioria. Deste total, 43% foram vítimas de exploração sexual e 32% de exploração econômica. No Brasil, o tráfico para fins de exploração sexual é, predominantemente, de mulheres e adolescentes com idade entre 15 e 25 anos.

A SPM, por compreender que o tráfico de pessoas constitui uma violação aos direitos humanos e insere-se no marco da violência contra as mulheres e meninas, participou ativamente da elabora-

ção da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Presidente da República através do Decreto 5.948 no dia 27/10/06.

A Política propõe o estabelecimento de ações integradas nas áreas de Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos, Promoção dos Direitos da Mulher, Turismo e Cultura.

O decreto fortaleceu a atuação da polícia nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias. O decreto também determina a capacitação de profissionais na prevenção e repressão ao tráfico e no atendimento às vítimas. Todas as ações deverão estar organizadas através do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a ser elaborado, em 2007, por um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação da SPM, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Justiça/MJ e com a participação de entidades da sociedade civil.

No âmbito da nova política, são atribuições da SPM: qualificar os profissionais da rede para o atendimento às mulheres traficadas; incentivar a prestação de serviços dos Centros de Referência; apoiar projetos de qualificação profissional para geração de renda; apoiar programas, projetos e ações de educação não sexista e estimular o debate sobre questões estruturantes favorecedoras do tráfico.

"Fiquei muito sensibilizada. Hoje, sei como lidar com as diferenças em sala de aula, com argumentos e explicações mais profundas. Percebi que os meus alunos não eram alienados quando o assunto é discriminação. Ao contrário, eram bem informados. O problema é que, muitas vezes, não conseguiam lidar com a questão de forma correta".

Maria Leduina Zimmermann, professora do Ensino Fundamental e Médio e cursista do Programa Gênero e Diversidade na Escola



Cultura de Igualdade

Promover ações no processo educacional para a igualdade/eqüidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual; estimular a difusão de imagens não discriminatórias e não estereotipadas das mulheres; e valorizar suas iniciativas culturais são algumas das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Essas prioridades correspondem talvez a um dos aspectos mais difíceis com que a SPM defrontou-se nos últimos anos: contribuir para a mudança de padrões culturais que estruturam a discriminação e o preconceito.

“É de pequenino que se torce o pepino” diziam as avós com toda propriedade. Portanto, respeitar as diferenças, tratar a todos e a todas igualmente, reconhecer a contribuição de cada pessoa para o desenvolvimento da coletividade se aprende em casa e na escola.

Pérolas da propaganda como “Mulher e cerveja – especialidades da casa”, “Locadora de Mulher” e “A gente não fala que o carro é lindo porque isso é coisa de mulherzinha” chamam a atenção pela exacerbação de uma visão estereotipada das mulheres, ao mesmo tempo em que veiculam sua imagem como mercadoria.

A resposta da SPM a essa realidade foi o desenvolvimento e apoio a iniciativas/projetos que estimulassem o debate e a reflexão em diferentes espaços, nas escolas públicas, universidades, empresas e meios de comunicação.

Desta forma, dando cumprimento ao PNPM, foram criados os programas “Mulher e Ciência”, “Gênero e Diversidade na Escola”, “Pró-Eqüidade de Gênero” e realizados seminários como o “A Mulher e a Mídia”.

A SPM também encaminhou denúncias ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR) e ao Ministério Público, todas as vezes que identificou na propaganda mensagens ofensivas ou que reforçavam a discriminação e o preconceito contra as mulheres.

Por Onde Anda o Preconceito

Em 2005, a SPM, o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em parceria com o *British Council* e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolveram o Programa Gênero e Diversidade na Escola.

De caráter inovador, o projeto se propôs a formar as/os docentes, de quinta a oitava séries da rede pública de ensino, em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais.

O curso, oferecido na modalidade semi-presencial, realizou-



se através do ambiente virtual de aprendizagem do MEC, o e-Proinfo – sistema desenvolvido pela Secretaria de Educação à Distância (SEED). O curso, ministrado como piloto em 2006, envolveu as cinco regiões do país, qualificando 1.200 professoras e professores nos seguintes municípios: Dourados (MS), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Salvador (BA), Porto Velho (RO) e Maringá (PR). A carga horária foi de 200 horas aula presenciais e 160 horas/aula à distância.

Os conteúdos do curso foram desenvolvidos sob a coordenação do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/UERJ), que também se responsabilizou pela capacitação e coordenação *on line* das/os professoras, pela aplicação da metodologia e pela gestão do curso.

O curso foi ministrado no período de maio a setembro de 2006, registrando somente 19,2% de evasão, o menor índice já computado em cursos na modalidade à distância. Com a finalidade de avaliar todas as fases do projeto piloto, realizou-se, no período de 28 a 30 de setembro de 2006, uma oficina de avaliação, envolvendo todos os parceiros, além de especialistas da Universidade de Leeds no Reino Unido, de representantes dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, de organismos locais de Promoção da Igualdade Racial, de secretarias municipais e estaduais de educação e dos Núcleos de Ensino Tecnológico.

Além dos baixos índices de evasão, a oficina destacou como resultado positivo o fato do curso ter propiciado aos professores um despertar sobre os temas e um novo olhar sobre o cotidiano escolar. Com isso, os participantes passaram a ter mais segurança para lidar com as manifestações discriminatórias que ocorrem nas escolas.

O uso de tecnologias modernas de educação à distância permitirá ao Governo Federal levar o programa a todos os municípios brasileiros. A meta para a próxima etapa é capacitar mais 30 mil professoras e professores.

Outra iniciativa da SPM, em parceria com o MEC, foi a revisão dos livros didáticos do ensino básico com a finalidade de retirar conteúdos que contribuíssem para a naturalização dos estereótipos, como a figura da mulher desempenhando tarefas domésticas, negras e negros em situação de humilhação ou subalternidade e termos como “judiar” ou “denegrir a imagem”.

O Programa Nacional do Livro Didático do MEC, para a seleção das obras de 1ª a 4ª série (distribuição 2007) e de 5ª a 8ª série (distribuição 2008), incluiu em seus editais critérios relacionados a conteúdos não discriminatórios, tais como: promover positivamente a imagem da mulher, dos afro-descendentes e sua cultura; abordar a temática da não violência contra a mulher e do preconceito, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.

Igualdade no Mundo Acadêmico



De acordo com o Censo da Educação Superior/2004 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP/MEC), o número de concluintes do ensino superior brasileiro totalizou 626.617 estudantes, sendo 391.995 (62,6%) mulheres e 234.622 (37,4%) homens. As mulheres são maioria nas universidades e ocupam espaços semelhantes aos homens na produção científica, contudo, essa participação não se reflete no topo das carreiras acadêmicas.

Com a finalidade de estimular a elaboração e a divulgação de estudos e pesquisas no campo das relações de gênero, provocar o debate do tema nas universidades e escolas públicas e discutir a participação e trajetória das mulheres nas carreiras acadêmicas, o Governo Federal lançou, em 2005, o Programa Mulher e Ciência.

A iniciativa foi resultado da parceria da SPM com o Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Educação. Contou, ainda, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e outras 23 instituições.

A edição de 2005 incluiu o Edital CNPq 45/2005 de apoio a pesquisas no campo de estudos de gênero, mulheres e feminismos, no valor de R\$ 1,2 milhões; o 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (concurso de redações para estudantes do ensino médio e de trabalhos monográficos para estudantes de graduação e pós-graduação); e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

O edital recebeu a inscrição de 338 projetos de pesquisa. As propostas foram originárias de 25 unidades da federação e de todas as regiões do país. O alargamento do campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos ficou evidente: 42 áreas de conhecimento apresentaram propostas ao edital. Após análise, o comitê técnico do CNPq recomendou o apoio financeiro a 130 propostas, dentro do recurso disponível.

O 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero contemplou 42 redações de estudantes do ensino médio, dentre as 1.270 inscritas. Três artigos monográficos de graduação e três de pós-graduação receberam os prêmios nas suas respectivas categorias: outros sete trabalhos receberam menção honrosa. Concorreram na categoria Estudantes de Graduação 141 trabalhos e na Categoria de Pós-graduação, 176.

O Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências reuniu, em Brasília, 330 pesquisadores

de mais de 200 núcleos de pesquisa, de todas as regiões do país. Entre as diversas recomendações do encontro estão a introdução da disciplina de gênero nos currículos universitários; a transformação do Programa Mulher e Ciência em política permanente; o aumento da participação feminina nos cargos de direção de órgãos financiadores de pesquisas científicas (CNPq/MCT, Capes/MEC); e a inclusão de publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual, nos acervos das bibliotecas nacionais.

A edição de 2006 do Programa Mulher e Ciência incluiu o edital para financiamento de projetos e o 2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que contou com um número maior de participantes do que na primeira edição.

Nesta segunda edição, o Prêmio recebeu a inscrição de 1.284 redações de estudantes do ensino médio, regular e profissionalizante, 154 artigos científicos na categoria graduação e 207 na categoria pós-



graduação. Receberam a premiação 17 estudantes do Ensino Médio (14 por Unidade da Federação e 3 por menção honrosa), 3 estudantes da Graduação e 3 da Pós-graduação.

Nesse período, a SPM também apoiou financeiramente a realização de encontros de pesquisadoras e pesquisadores do campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, a exemplo dos seminários internacionais Fazendo Gênero e dos encontros da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM) e da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Da mesma forma, a Secretaria apoiou atividades desse campo em encontros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Combatendo a Cultura Machista

A intervenção em campanhas publicitárias, os seminários “A Mulher e a Mídia”, o programa de rádio “Mulherio”, as mobilizações em torno do Dia Internacional da Mulher (8 de março) e do Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher (25 de novembro) foram exemplos da atuação da SPM no combate à cultura machista e sexista que diariamente reforça o preconceito contra as mulheres.

A partir da interferência da Ouvidoria da SPM, foi possível tirar do ar algumas campanhas publicitárias que retratavam a mulher de forma preconceituosa. Em 2005, a SPM enviou ao Ministério Público fotografias de um flagrante de desrespeito às mulheres do Rio Grande do Norte. Em uma cidade do interior do estado, um cartaz afixado na porta de entrada de uma antiga casa dizia: “Locadora de mulher”. Após a denúncia, a casa foi fechada. Outra denúncia, desta vez feita ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR), foi a de uma agência de publicidade que espalhou cartazes em canteiros de obras de várias cidades de São Paulo com os seguintes dizeres: “Se você faz sucesso quando passa aqui, pode ser nossa recepcionista”.

Para debater o papel da mulher na mídia, na publicidade e na dramaturgia e discutir o tratamento editorial dos meios de comunicação, a SPM realizou, por três anos consecutivos (2004 a 2006), os Seminários “A Mulher e a Mídia”. Os encontros reuniram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, jornalistas e profissionais de comunicação do Brasil e da América Latina, publicitários, sociólogos, pesquisadores e especialistas em relações de gênero de universidades e organizações não-governamentais feministas.

Os participantes debateram importantes temas da mídia, incluindo: as questões de gênero na dramaturgia; a mulher na publicidade; as publicações voltadas para o universo feminino; os espaços e os avanços na abordagem da temática mulher; os temas ocultos da democracia; a construção de um novo olhar sobre as desigualdades entre mulheres e homens, dentre outros.

A cada ano da sua realização, o evento contou com importantes parcerias, como a do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); da Bancada Feminina do Senado Federal; do Instituto Patrícia Galvão; do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro; e da Federação Nacional dos Jornalistas.



Jornalistas e formadoras de opinião de reconhecimento nacional e internacional – como as colunistas Miriam Leitão e Teresa Cruvinel (O Globo), Cristiana Lobo (TV Globo), Laura Greenhalgh (O Estado de S. Paulo), Fátima Bernardes (TV Globo), Mariza Tavares (CBN), Mônica Waldvogel (Saia Justa/GNT), Mônica Gonzalez (Clarín – Chile), dentre outras – participaram das discussões.

Em 2005, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou, em parceria com a Rádio MEC, o programa de rádio Mulherio. Com o objetivo de divulgar as muitas faces da mulher brasileira, o programa transformou-se em um importante canal de difusão de informações de interesse das mulheres.

No formato de revista radiofônica, durante 18 meses, foi veiculado aos sábados, às 14 horas, pela Rádio MEC (98.9 FM e 800 AM). Em 2006, com o apoio dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (coordenadorias, secretarias e assessorias) foi possível retransmiti-lo para diversas emissoras do país que se comprometeram a veicular o programa em seus municípios.

Com 53 minutos de duração e apresentado pela jornalista Mara Régia, que possui grande experiência em programas de rádio voltados para o público feminino, o “Mulherio” abordou temas como saúde, política, meio ambiente, direitos das mulheres, experiências femininas de sucesso, entre outros. E, ainda, apresentou exemplos práticos do impacto da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no cotidiano das brasileiras.

Em relação ao tema violência, a SPM apoiou diversas campanhas nacionais, incluindo: “Onde tem violência, todo mundo perde”, do Instituto Patrícia Galvão (2004); “Violência contra a mulher: tolerância nenhuma”, da Central Única dos Trabalhadores – CUT (2004); “Uma vida sem violência é um direito das Mulheres – 16 dias de Ativismo

pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, coordenada no Brasil pela organização não-governamental Agende (2003 a 2005); “Campanha do Laço Branco – homens dizem não à violência contra as mulheres” (2003 a 2005). Também financiou diversas campanhas regionais realizadas por instituições governamentais e não-governamentais.

Na semana do dia 25 de novembro (Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher), a SPM realizou, por dois anos consecutivos (2004 e 2005), a campanha “Sua vida recomeça quando a violência termina”, veiculada nacionalmente em emissoras de rádio e televisão. Como reforço à campanha, foram distribuídos cartazes com o mesmo tema para todas os Orga-

nismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, para os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência e para as organizações não-governamentais de mulheres e feministas.

Na campanha de 2006, a SPM realizou, em parceria com a BR-Distribuidora da Petrobras, a campanha “Violência contra a mulher eu não me calo”, com a distribuição, no dia 25 de novembro, de material informativo sobre como enfrentar a violência contra a mulher nos postos de combustível no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Salvador. Também fez parte da programação o Seminário Nacional “Jornada de Trabalho sob a Lei Maria da Penha”, que reuniu juízes e promotores de todo o país, em Bra-



sília, no dia 27 de novembro, e a veiculação em todas as emissoras de televisão do país do filme de 30 segundos sobre a violência contra a mulher, com a divulgação da Central 180.

A SPM anunciou a criação para 2007 do “Observatório” para monitorar e acompanhar a implantação e a aplicação da Lei Maria da Penha e da Convenção de Belém do Pará em todo o território nacional. O trabalho será realizado por meio de instituições com experiência na temática da violência contra a mulher, a serem selecionadas através de uma chamada pública.

Disseminando Informações

Construir a igualdade também requer acesso a informações e dados sobre a situação da mulher no país. Nessa direção, a Secretaria assinou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e do *Department for International Development* (DFID) do Reino Unido. Como resultado desse acordo, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG). A partir da releitura dos microdados dos Censos Populacionais de 1991 e de 2000 foi possível traçar um panorama da situação da mulher brasileira.

A parceria SPM e IBGE gerou mais uma fonte de informação: o Boletim Mulher e Trabalho, publicado trimestralmente e disponível no site www.spmulheres.gov.br. O estudo analisa a situação do mercado de trabalho, do desemprego e dos indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE que envolvem a Mulher.

Como consequência da cooperação entre a SPM e o IBGE, o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado em agosto, incluiu o

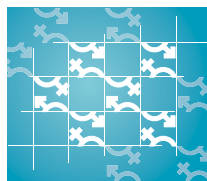
tema gênero em diferentes momentos de sua programação. O Encontro teve como objetivo iniciar a revisão, atualização e ampliação do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, a partir da mobilização e consulta a produtores e usuários de informações, incluindo instituições governamentais, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, associações científicas, bem como técnicos e pesquisadores interessados na produção, disseminação e utilização de informações necessárias ao conhecimento da realidade do país e ao exercício da cidadania.

Nesse período, a SPM desenvolveu uma política ativa de publicações. Foram editados mais de 32 livros que trataram de temas como a violência contra a mulher, mercado de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. As publicações foram distribuídas para organizações do movimento de mulheres, coordenadorias, secretarias e conselhos da mulher estaduais e municipais e disponibilizadas no *site* da SPM (www.spmulheres.gov.br - no item Publicações).

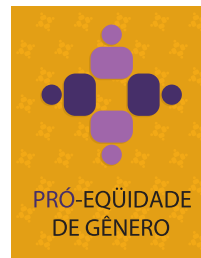
Ainda na página da SPM, encontram-se importantes serviços: a relação dos equipamentos da rede de atendimento à mulher oferecidos pelo Governo Federal, estados, municípios e diversas instituições da sociedade civil; o Cadastro de Organizações, desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), para oferecer informações e contatos sobre en-

tidades voltadas para o tema de gênero e Mulheres; a Publicação Virtual, outra parceria com o IBAM, para promover a disseminação de textos de interesse para as Mulheres, para pesquisadores e pesquisadoras e demais interessadas/os nos temas de gênero, políticas para as mulheres e feminismo.

Há ainda o *Clipping Mulher* com um arquivo de todas as notícias publicadas pelos jornais sobre a questão da mulher; a Legislação sobre o tema; informações sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); dados sobre a participação da SPM nas instâncias internacionais; notícias; dentre outras informações.



SNIG-Br
Sistema Nacional
de Informações de Gênero





Perspectivas e Desafios

Ao final de quatro anos de trabalho, podemos dizer que a conquista da igualdade entre os gêneros está um pouco mais próxima de se tornar uma realidade. Nosso governo formulou e implementou políticas públicas especialmente dirigidas às mulheres e incorporou às políticas setoriais, sempre que possível, um olhar de gênero. No próximo período trata-se de consolidar, no âmbito das políticas de Estado, as inovações iniciadas, incorporando o combate às desigualdades como princípio gerador de democracia, desenvolvimento e paz social.

As raízes destas transformações no universo formal do Estado foram plantadas já em 2003, quando com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Plano Plurianual passou a incorporar como um dos seus desafios a redução das desigualdades de gênero e raça no Brasil. A partir daí, o Governo Federal traçou objetivos e metas a serem atingidos e que corroborados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres transformaram-se em políticas públicas que hoje, como demonstrado neste relato, estão em plena execução.

A implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a partir de janeiro de 2005 foi assumida por todos os órgãos responsáveis envolvidos, demonstrando concretamente que se trata de um Plano do Governo Federal e não somente da SPM.

Assumir o tema das relações de gênero como transversal nas políticas públicas foi trabalho incessante do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, instituído em abril de 2005.

Além disso, e em parte como consequência, alguns ministérios criaram em suas estruturas núcleos específicos para a promoção de ações com recorte de gênero, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que instituiu o Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e o Ministério de Minas e Energia (MME), que criou o Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME e Empresas Vinculadas, uma deliberação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O fortalecimento do Programa Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde e a produtiva parceria da SPM com o Ministério da Justiça também foram relevantes conquistas para a construção da igualdade entre homens e mulheres no país.

Importantes programas sociais como o Bolsa-Família e a construção de cisternas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além do Luz para Todos, do MME, embora em seu desenho inicial não incorporassem a perspectiva de gênero, trouxeram benefícios diretos para a vida de milhões de brasileiras.

Estudos do MDS em parceria com a Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – sobre o bolsa família, identificaram a elevação da auto-estima das beneficiárias do programa que passaram a ter renda e a serem vistas como consumidoras. O programa trouxe, ainda, cidadania para as beneficiárias por meio da obrigatoriedade de obter os documentos de identidade para se candidatar ao Bolsa-Família. No âmbito doméstico, os estudos evidenciaram o abrandamento da hierarquia de gênero. Nas 11.210.447 famílias beneficiadas (dados de novembro/2006), 94% das detentoras do cartão para o recebimento do benefício são mulheres.



A construção de cisternas trouxe alívio para as mulheres do semi-árido, que com a implantação do equipamento para captar a água das chuvas, diminuíram as longas caminhadas e os problemas de saúde conseqüentes do esforço físico empregado no transporte da água. Na mesma direção, o Programa Luz para Todos levou energia elétrica para milhares de comunidades, melhorando, com isso, a qualidade de vida e o acesso à informação a milhares de mulheres.

O grande desafio agora é aprofundar a incorporação das políticas para as mulheres nos projetos de desenvolvimento do país e fazer com que essas políticas cheguem em cada um dos 5.680 municípios brasileiros. Trata-se de influenciar o planejamento dos programas e ações dos diversos setores do Governo Federal, de forma que a perspectiva de gênero esteja presente no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.

É preciso conjugar políticas de crescimento econômico com políticas de inclusão social, incluindo nesse contexto a questão de gênero. Nessa direção, a atuação da SPM será fundamental no sentido de seguir empreendendo esforços para que as ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres perpassem todos os ministérios.

A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2007-2011, que se dará em 2007, constitui-se em uma oportunidade ímpar para inserir essa discussão no processo de planejamento e elaboração das políticas destinadas ao desenvolvimento e crescimento econômico do país. Entretanto, não basta só garantir os recursos. Para além das questões normativas, é preciso reconhecer que para enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres é necessário garantir a paridade entre homens e mulheres nos cargos de decisão dos poderes Executivo e Judiciário e ampliar a participação das mulheres no parlamento em todos os níveis - municipal, estadual e nacional.



A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada em 2007, além de avaliar a aplicação do PNPM, terá o papel de fomentar a discussão sobre a participação política feminina em todas as instâncias, pois não pode haver plena democracia sem a participação das mulheres. Na discussão sobre a reforma política as mulheres terão que ter vez e voz.

Por fim, queremos mencionar que em termos de desafios é preciso olhar para dentro de casa. Tanto a violência doméstica e familiar contra a mulher quanto a sobrecarga das mulheres com os cuidados com a casa, com os filhos, com os idosos, cada vez em maior número, e com os enfermos são questões cujo tratamento necessita de novas abordagens.

No primeiro caso, é uma vitória importante o reconhecimento por parte do Estado e da sociedade brasileira de que a violência contra as mulheres lhes diz respeito. Mas, é preciso muito mais, é preciso inclusive que desenvolvamos instrumentos de análise tendo em vista algumas mudanças no perfil da violência, como verificado ao longo de 2006 no estado de Pernambuco pelo Observatório da Violência contra a Mulher, instituído pelo SOS Corpo.

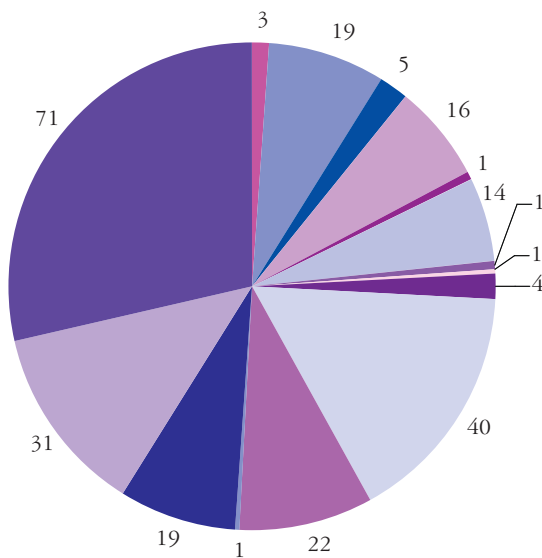
No segundo caso, é preciso ganhar ainda a sociedade para o fato de que as estratégias de conciliação entre a vida laboral e doméstica, desenvolvidas pelas mulheres, chegaram a um limite de esgotamento. Não é mais possível pensar que os “casais” dêem conta, na base da negociação interpessoal, do fato de que a participação cada vez mais ampla das mulheres na população economicamente ativa traz em seu bojo a pergunta: – e agora quem vai cuidar da casa? A resposta exige que governos e sociedade, empresas e instituições comprometam-se também com o compartilhamento das tarefas da reprodução do viver. Mais vagas em creches públicas, flexibilização dos horários nas empresas para homens e mulheres são alguns exemplos de por onde devemos caminhar.

Nos últimos três anos, sempre que possível, repetimos “Políticas para as Mulheres. Compromisso de Todos os Dias”. Que assim continue sendo...



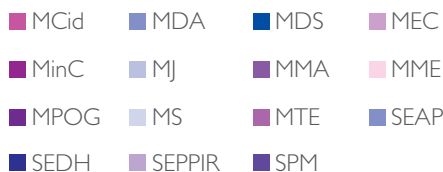
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em números

1. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres



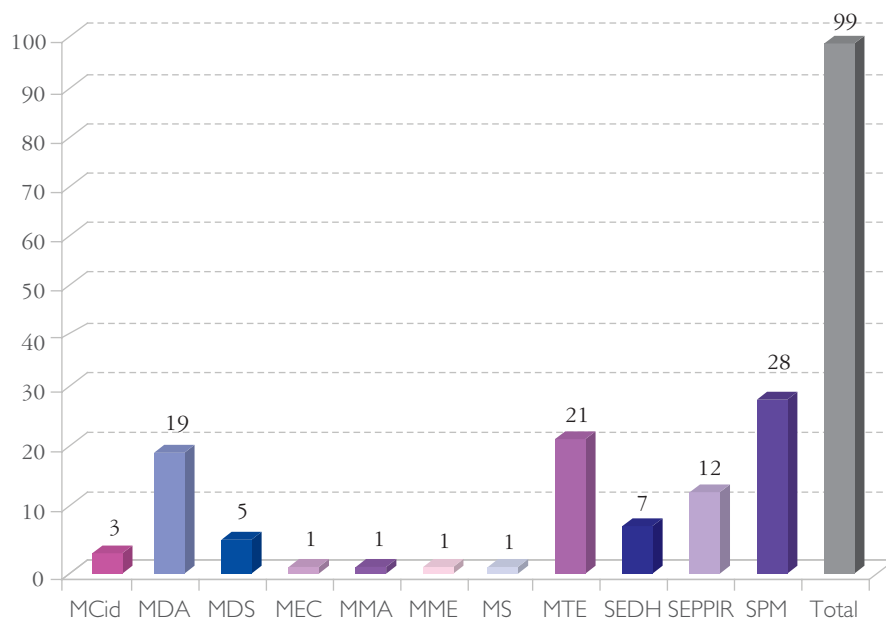
Ações de Ministérios e Secretarias Especiais voltadas para a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2000 e 2006.



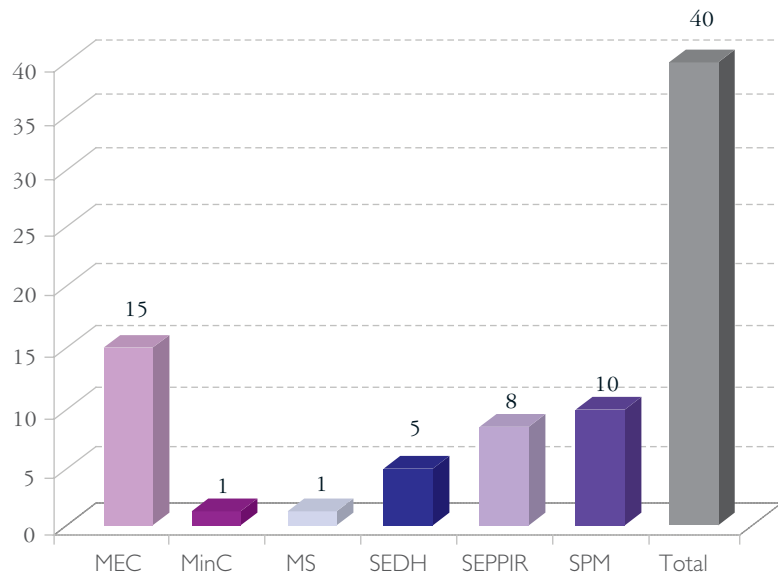
Ações de Ministérios e Secretarias Especiais para o eixo “Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania” do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2005 e 2006.



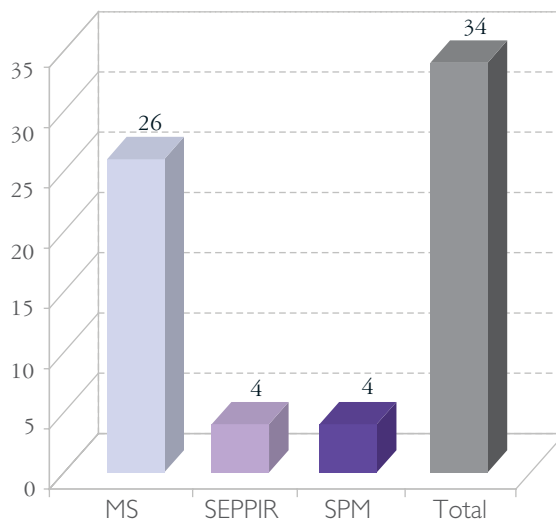
Ações de Ministérios e Secretarias Especiais para o eixo “Educação inclusiva e não-sexista”, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2005 e 2006.



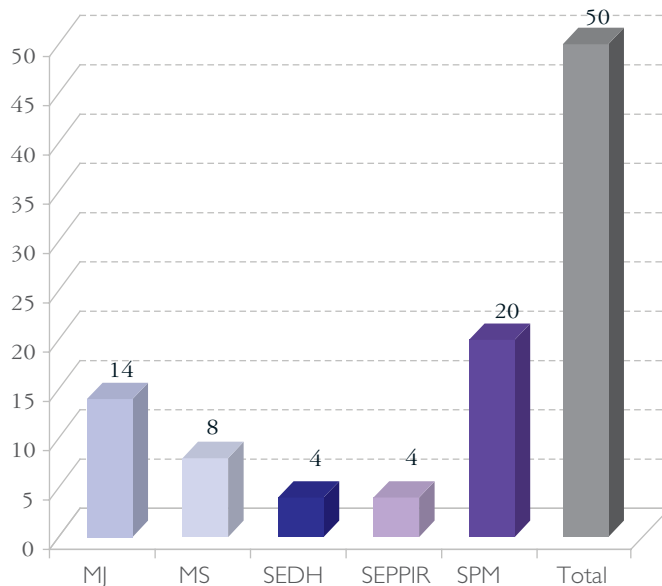
Ações de Ministérios e Secretarias Especiais no eixo “Saúde das mulheres e direitos sexuais e reprodutivos” do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2005 e 2006.



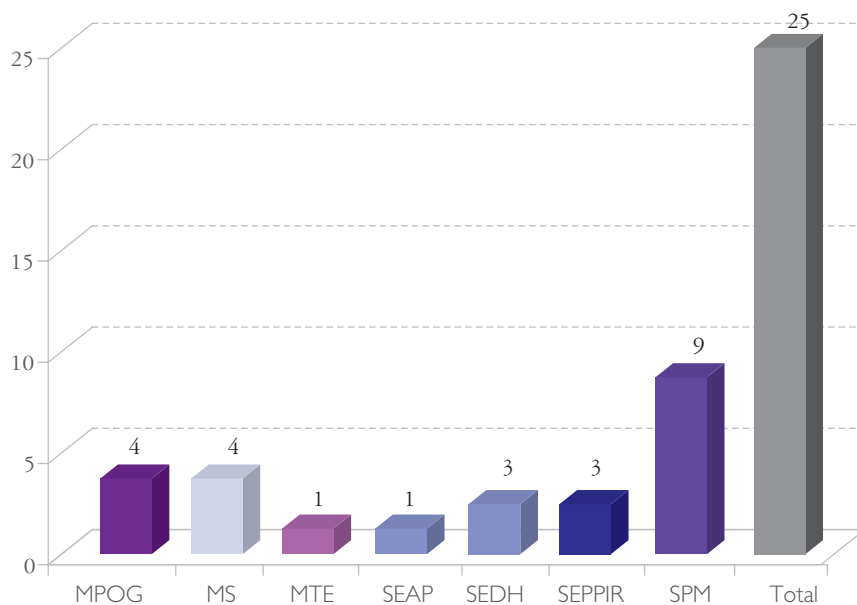
Ações de Ministérios e Secretarias Especiais no eixo “Enfrentamento à violência contra as mulheres” do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2005 e 2006.



Ações de Ministérios e Secretarias Especiais no eixo “Gestão e Monitoramento” do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2005 e 2006.

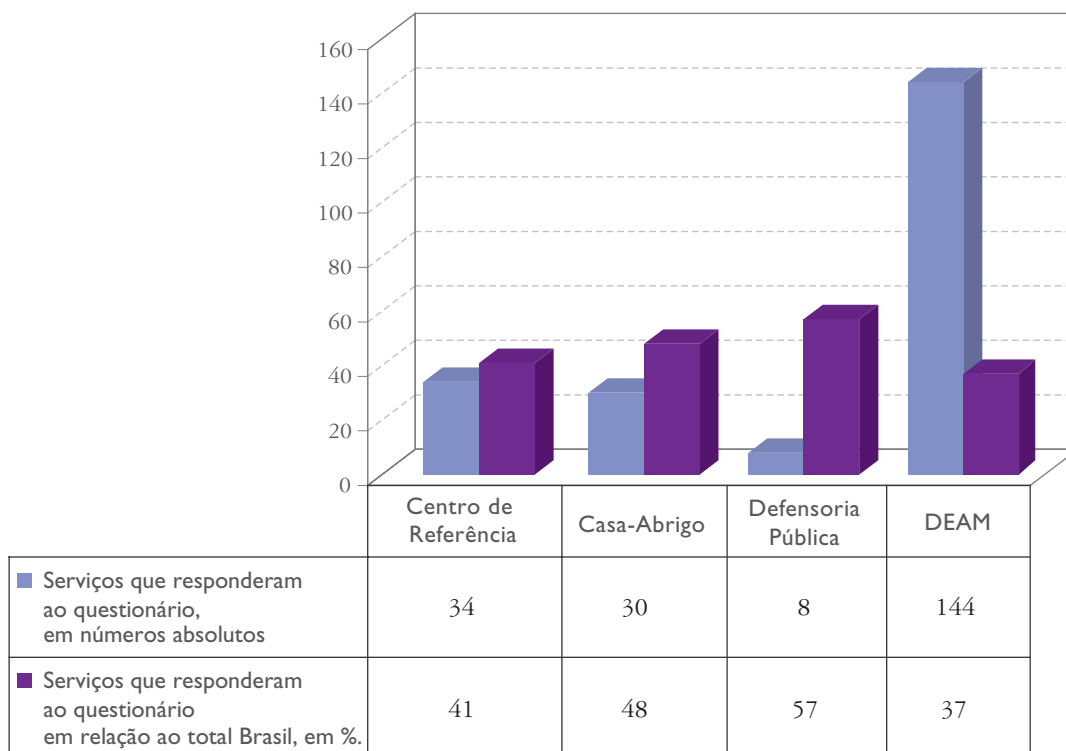
Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2005 e 2006.



2. Rede Nacional de Atendimento à Mulher

Serviços de atendimento à mulher em situação de violência que responderam ao questionário da SPM, Brasil, 2002 a 2006.

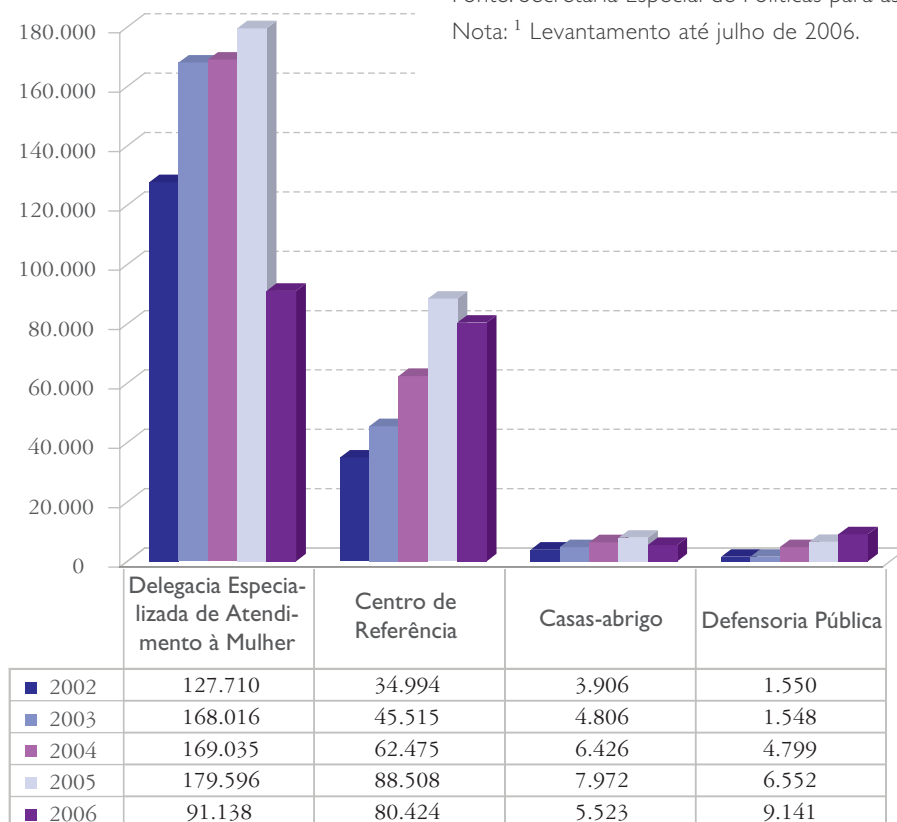
Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.



Número de mulheres atendidas em 32% dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasil, 2002 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.

Nota: ¹ Levantamento até julho de 2006.

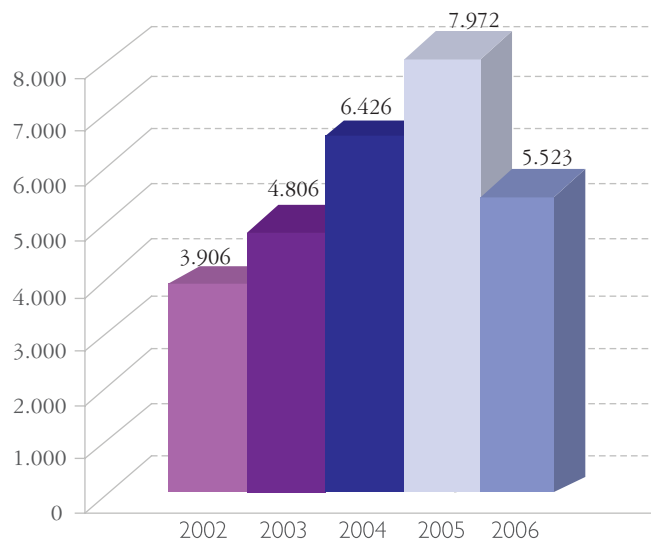


Número de mulheres vítimas de violência atendidas em 54% das Casas-abrigo do país.

Brasil, 2002 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.

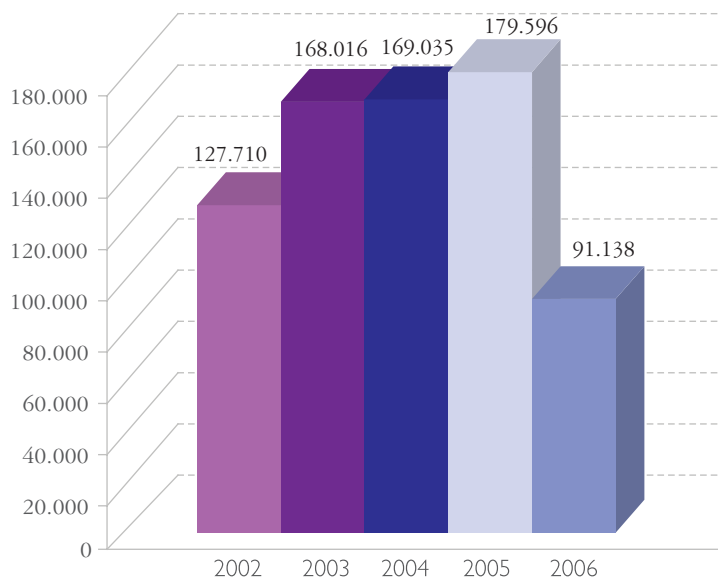
Nota: ¹ Levantamento até junho de 2006.



Número de mulheres vítimas de violência atendidas em 37% das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) existentes no país. Brasil, 2002 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.

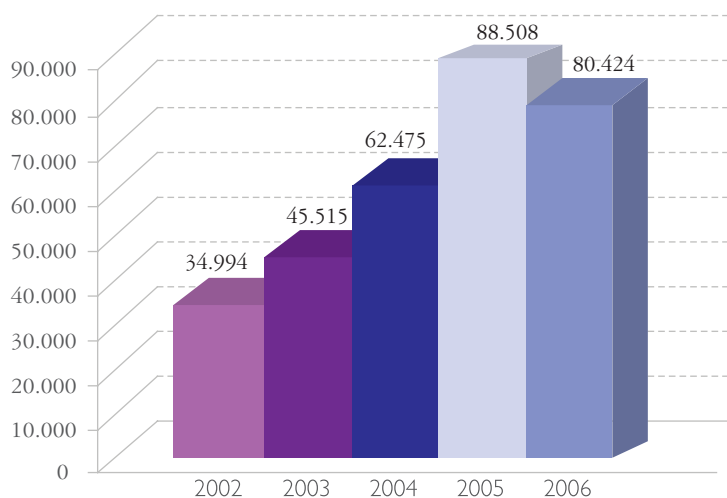
Nota: ¹ Levantamento até julho de 2006.



Número de mulheres vítimas de violência atendidas em 41% dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher existentes no país. Brasil, 2002 a 2006¹.

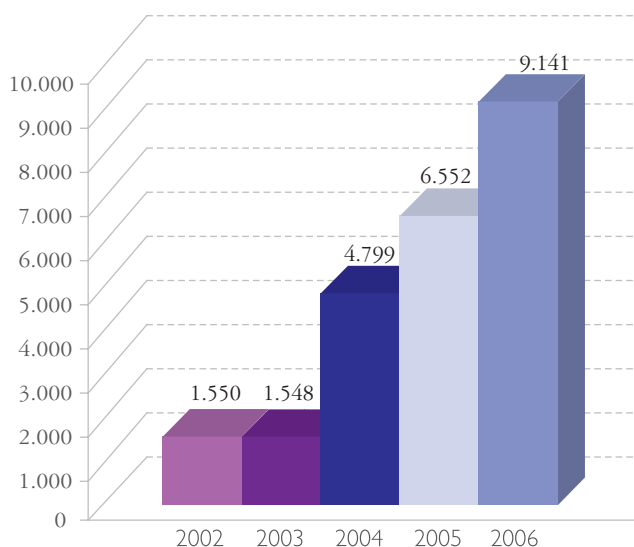
Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.

Nota: ¹ Levantamento até julho de 2006.



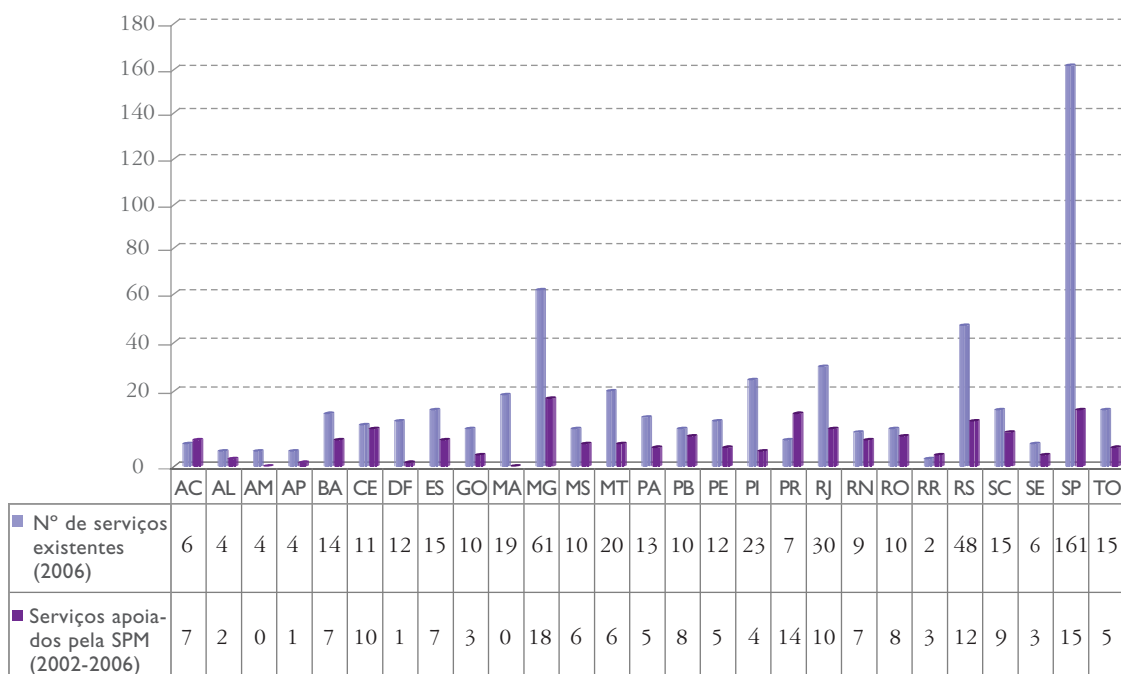
Número de mulheres vítimas de violência atendidas em 36% das Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher do país. Brasil, 2002 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.
 Nota: ¹ Levantamento até julho de 2006.



Municípios com mais de 50 mil habitantes, com apoio da SPM e serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Unidades da Federação, 2002 a 2006¹.

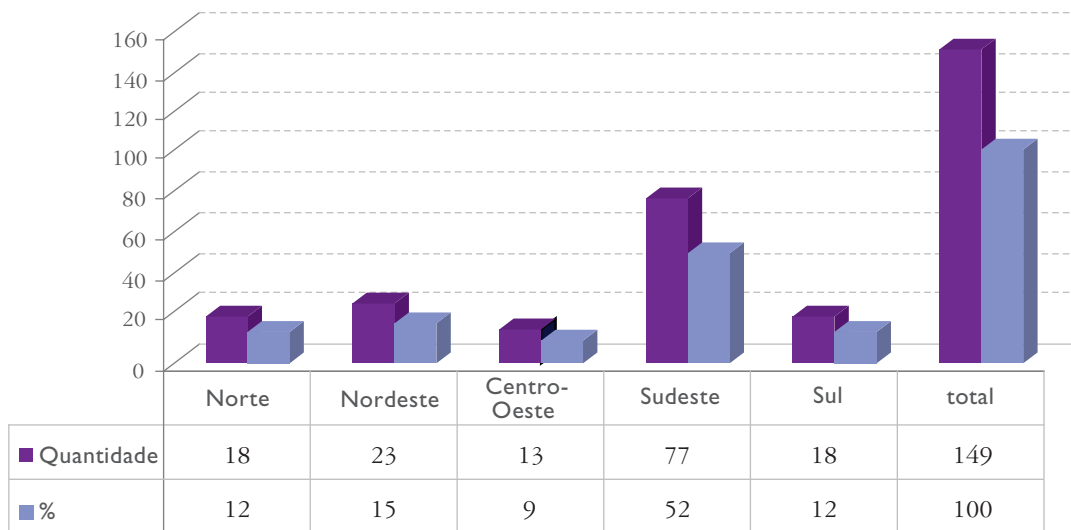
Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006. Nota: ¹ Levantamento até outubro de 2006.



Serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência que receberam apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grandes Regiões, 2002 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2006.

Nota: ¹ Levantamento até julho de 2006.

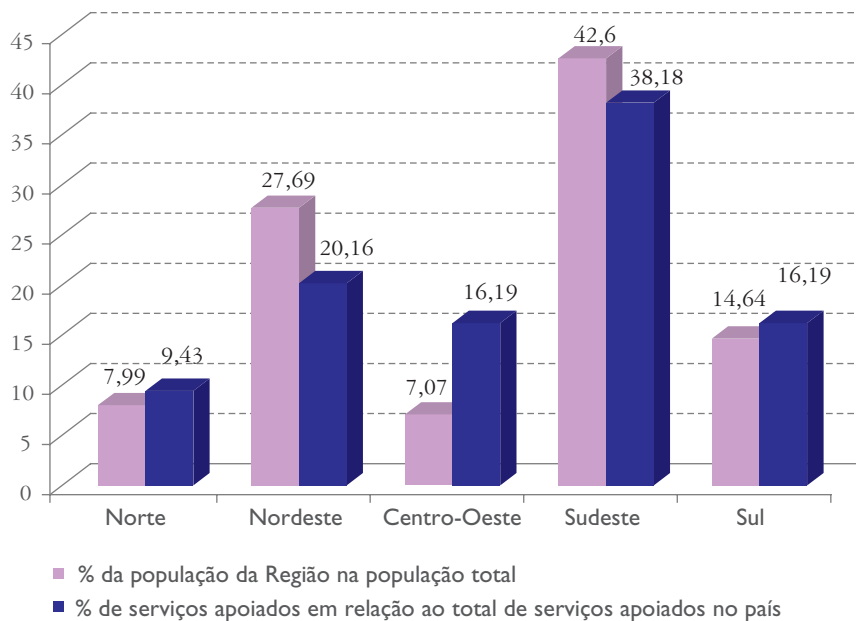


Proporção de serviços apoiados e recursos aplicados pela SPM em serviços de atendimento à mulher em situação de violência, segundo a população. Grandes Regiões, 2003 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2003 a julho de 2006.

Nota: ¹ Dados até julho de 2006.

Fonte: IBGE/Pnad, 2005.

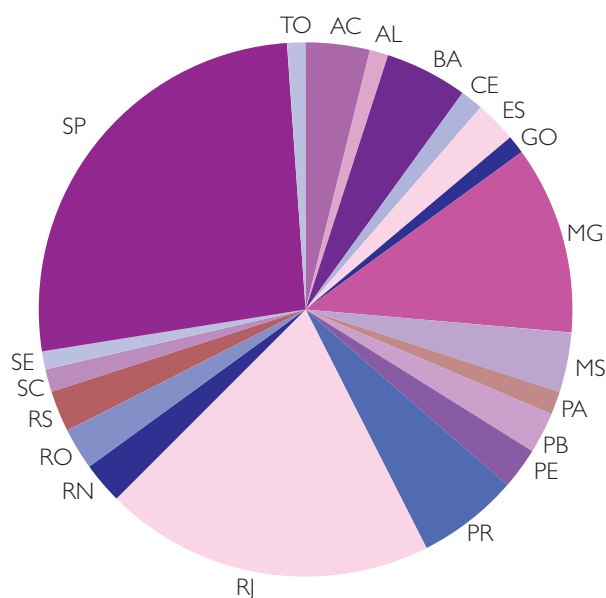


Serviços apoiados e recursos aplicados pela SPM em serviços de atendimento à mulher em situação de violência, segundo a população. Grandes Regiões, 2003 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 2003 a julho de 2006.

Nota: ¹ Dados até julho de 2006. ² Fonte: IBGE/Pnad, 2005.

Grandes Regiões	População ²	Região na População Total, em % ²	Recursos aplicados pela SPM, em R\$	Serviços apoiados pela SPM, em %
Norte	14.726.059	7,99	3.227.430,13	9,43
Nordeste	51.065.275	27,69	6.897.356,83	20,16
Centro-Oeste	13.040.246	7,07	5.491.187,34	16,19
Sudeste	78.557.264	42,60	13.063.041,18	38,18
Sul	26.999.776	14,64	5.538.610,05	16,19
Total	184.388.620	100,00	34.217.625,53	100,00

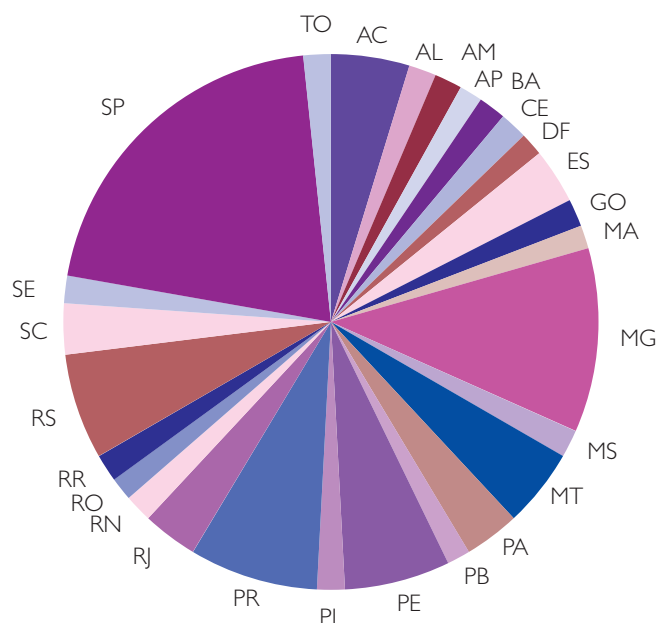


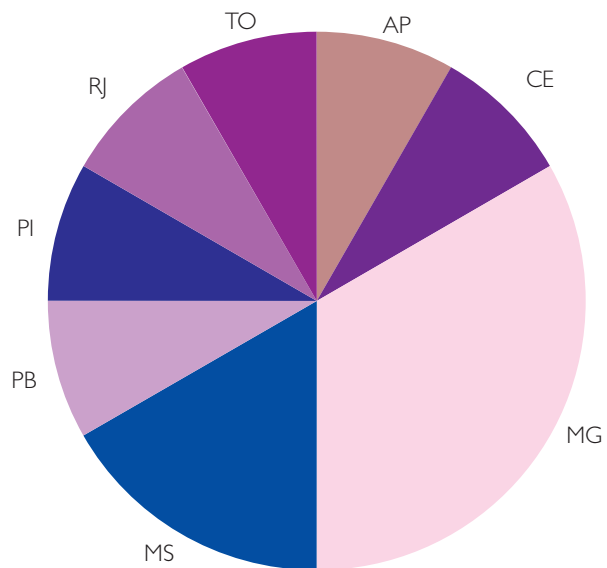
Centros de Referência de Atendimento à Mulher. Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: outubro de 2006.

Casa-abrigo. Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: outubro de 2006.



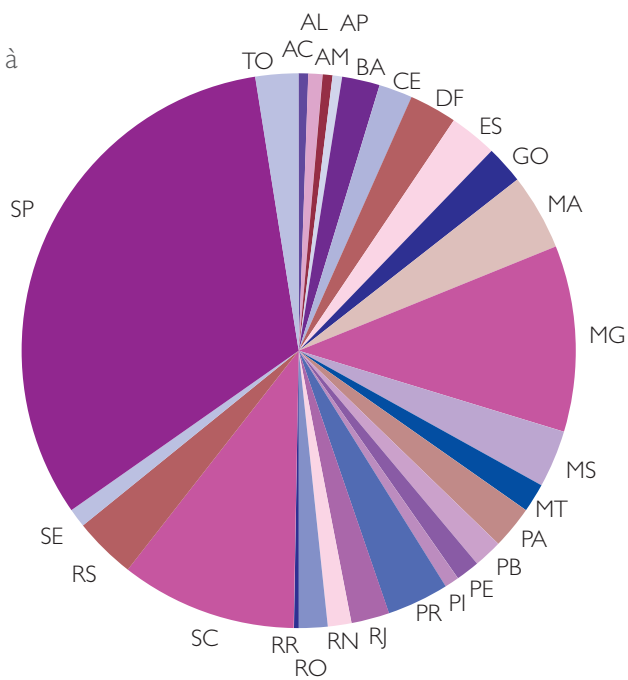


Defensorias Públicas da Mulher:
Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: outubro de 2006.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher: Unidades da Federação, 2006.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: outubro de 2006.

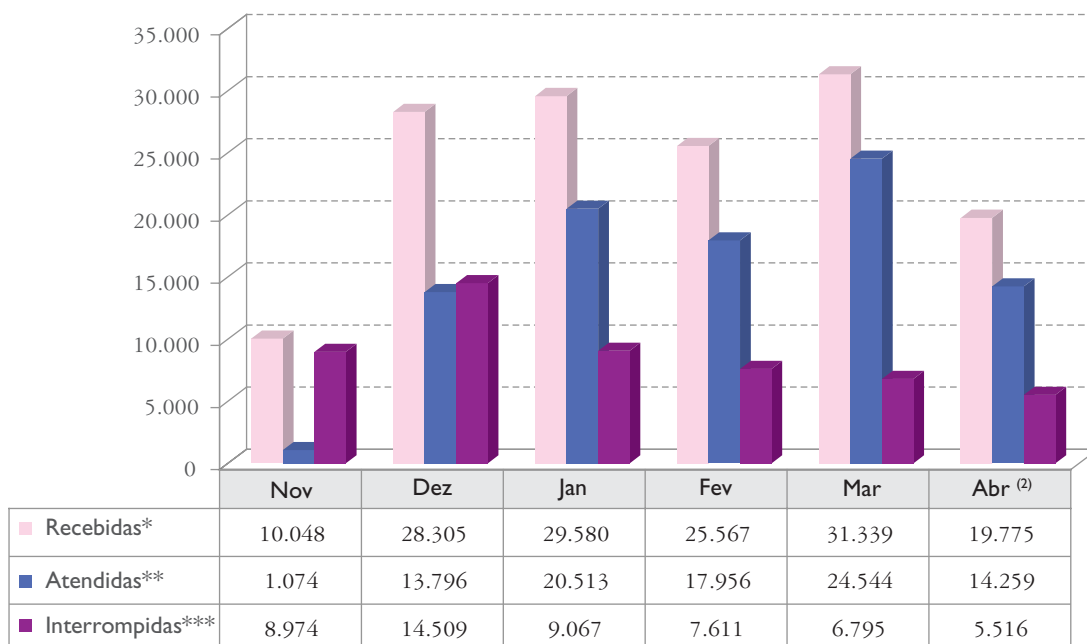


3. Central de Atendimento à Mulher

Ligue 180

Ligações recebidas pela Central de Atendimento à Mulher – Período Experimental.
Brasil, 25 de novembro de 2005 a 17 de abril de 2006¹.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.



¹ Os dados deste gráfico referem-se ao período experimental de funcionamento da Central de Atendimento à Mulher e contém dados referentes ao período de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h40, com quatro operadoras por turno de trabalho.

² Dados até 17 de abril de 2006.

* Ligações Recebidas – Ligações que entraram no sistema e foram distribuídas para as atendentes;

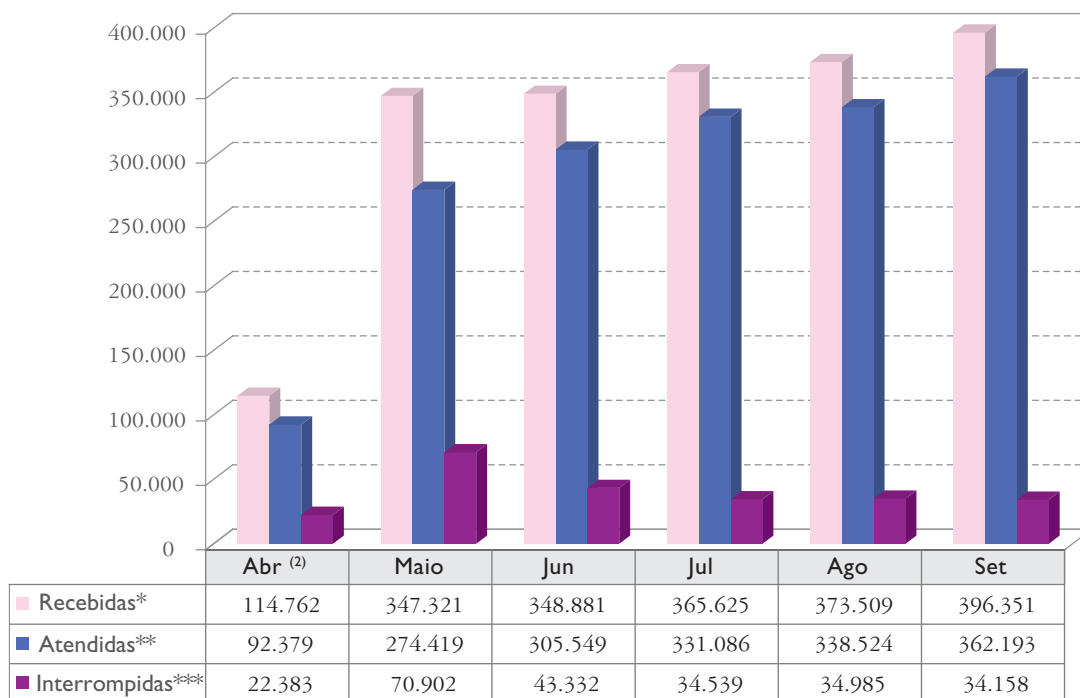
** Ligações Atendidas – Ligações que chegaram ao atendimento humano;

*** Ligações Interrompidas – A(o) usuária(o) ouviu a mensagem eletrônica de apresentação do serviço, mas não chegou a ser atendida por desistir ou desligar sem ter optado por nenhuma das opções de atendimento.

Ligações recebidas pela Central de Atendimento
à Mulher – Período 24 horas.

Brasil, 18 de abril a 25 de novembro de 2006 ¹.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.



¹ Os dados deste gráfico referem-se ao período de 24 Horas de funcionamento da Central de Atendimento à Mulher e contém dados referentes ao período de segunda a domingo, durante as 24 horas do dia, com cerca de 20 operadores por turno de trabalho.

² Dados a partir de 18 de abril de 2006.

* Ligações Recebidas – Ligações que entraram no sistema e foram distribuídas para as atendentes;

** Ligações Atendidas – Ligações que chegaram ao atendimento humano;

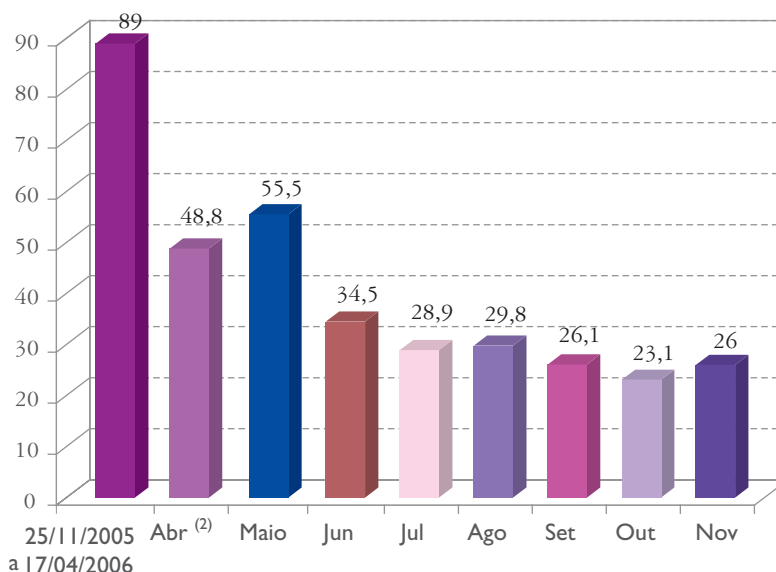
*** Ligações Interrompidas – A(o) usuária(o) ouviu a mensagem eletrônica de apresentação do serviço, mas não chegou a ser atendida por desistir ou desligar sem ter optado por nenhuma das opções de atendimento.

Tempo médio de atendimento*, em segundos, das ligações recebidas. Brasil, 25/11/2005 a 25/11/2006¹.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

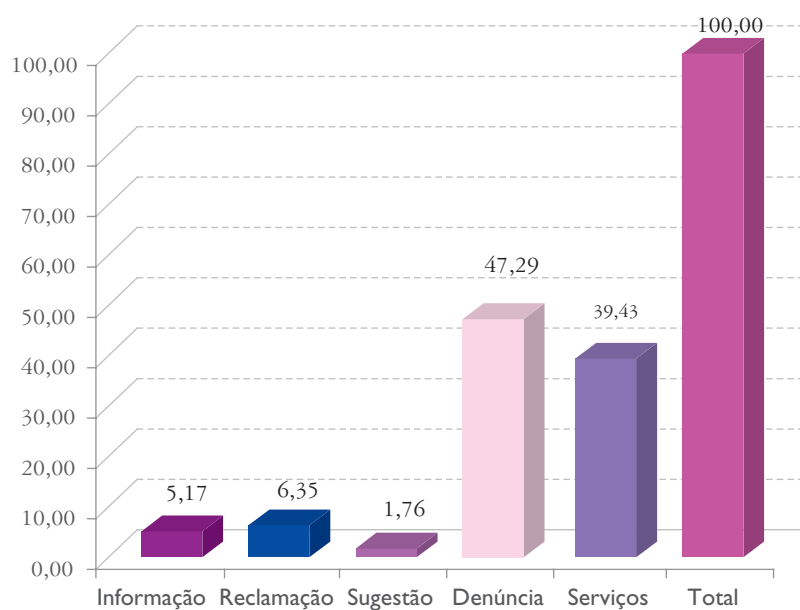
¹ Os dados deste gráfico referem-se a dois períodos diversos: o experimental: referente a um atendimento de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h40, com quatro operadoras por turno de trabalho; e o segundo, referente a um atendimento de 24 horas diárias, com dados referentes ao período de segunda a domingo, com uma média de 20 operadoras por turno de trabalho.

² Dados a partir de 18 de abril de 2006.
* O tempo médio vem diminuindo em função da prática que as operadoras vêm adquirindo, da capacitação periódica e do treinamento sistemático oferecido às operadoras do serviço.



Proporção de ligações atendidas pela Central de Atendimento à Mulher, por tipo de solicitação. Brasil, novembro de 2005 a outubro de 2006*.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.



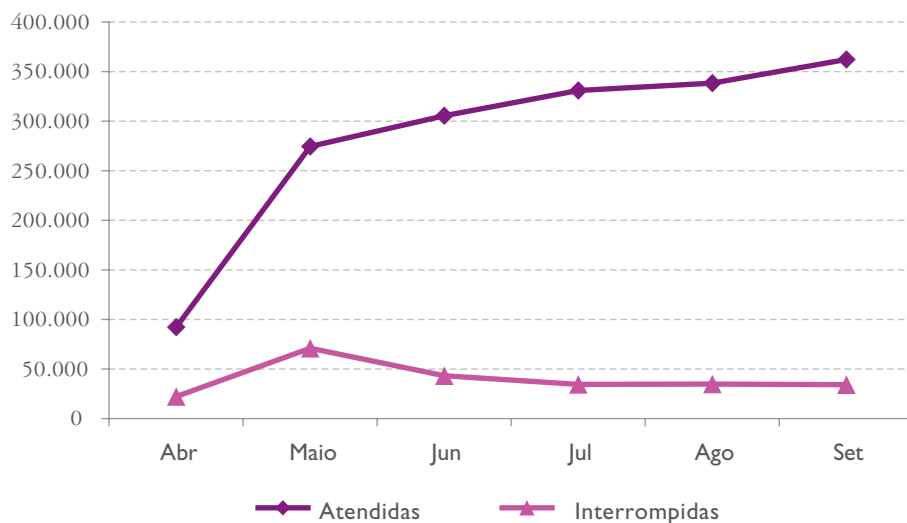
* Os dados aqui apresentados dizem respeito a dois períodos distintos: a) Dados de 25 de novembro de 2005 a 17 de abril de 2006 - referem-se ao período de implantação da Central de Atendimento à Mulher, quando o sistema contava com quatro atendentes e funcionava de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h40; b) Dados de 18 de abril de 2006 em diante - a Central de Atendimento à Mulher passou a funcionar diariamente, com 20 atendentes por turno, durante 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

Relação entre as ligações atendidas e as interrompidas.

Brasil, abril¹ a setembro de 2006.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

Nota: ¹ Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.

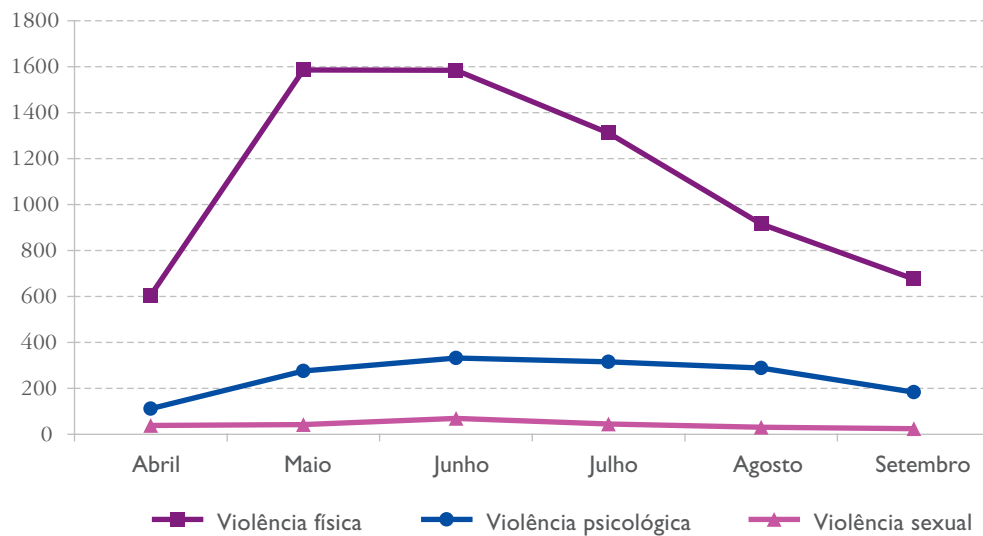


Ligações atendidas apresentando denúncias de violência.

Brasil, abril¹ a setembro de 2006.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

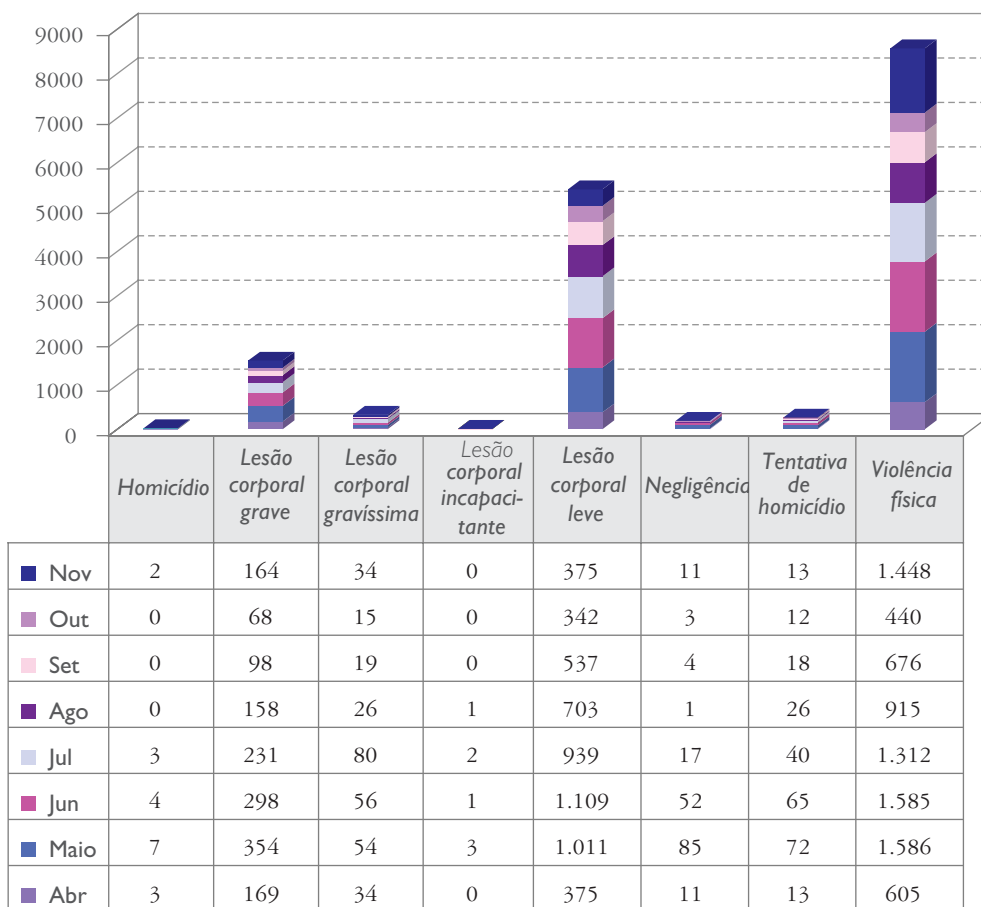
Nota: ¹ Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.



Denúncias de violência física. Brasil, abril¹ a novembro de 2006.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

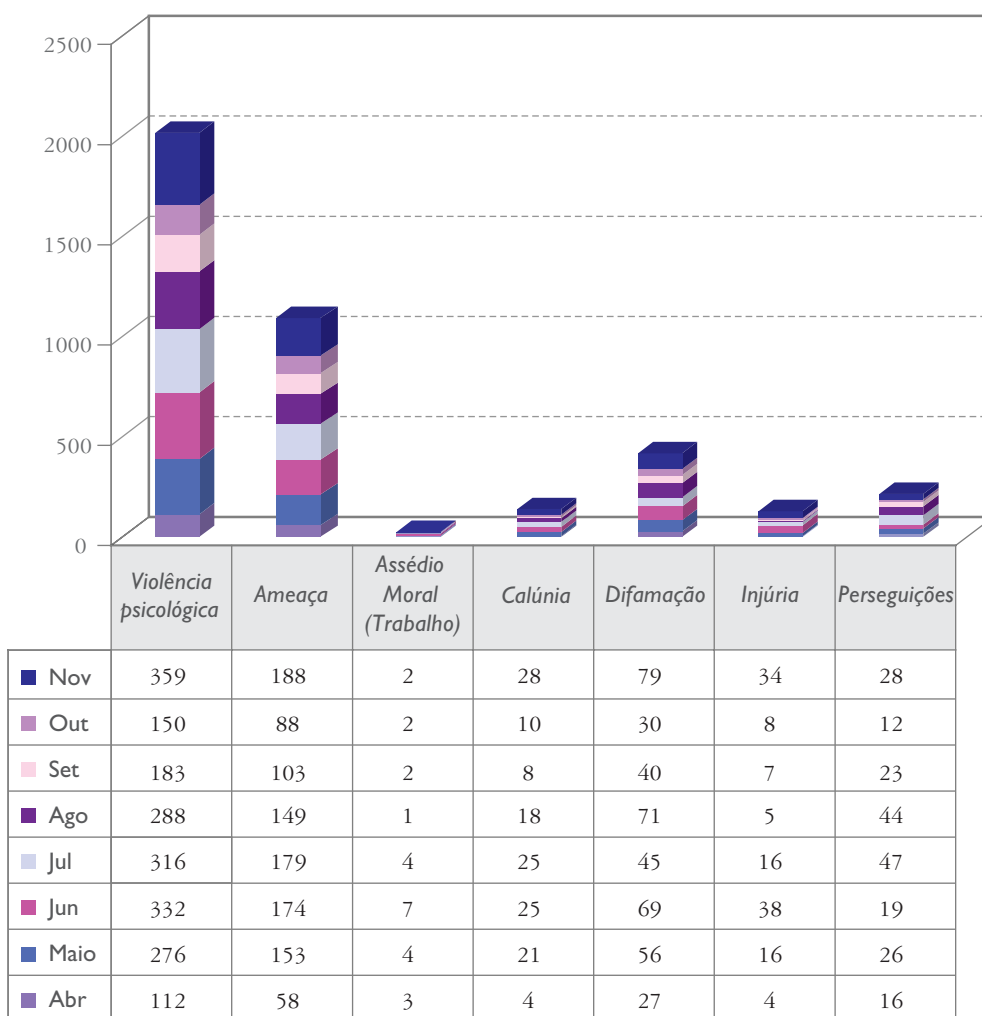
Nota: ¹ Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.



Denúncias de violência psicológica. Brasil, abril¹ a novembro de 2006.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

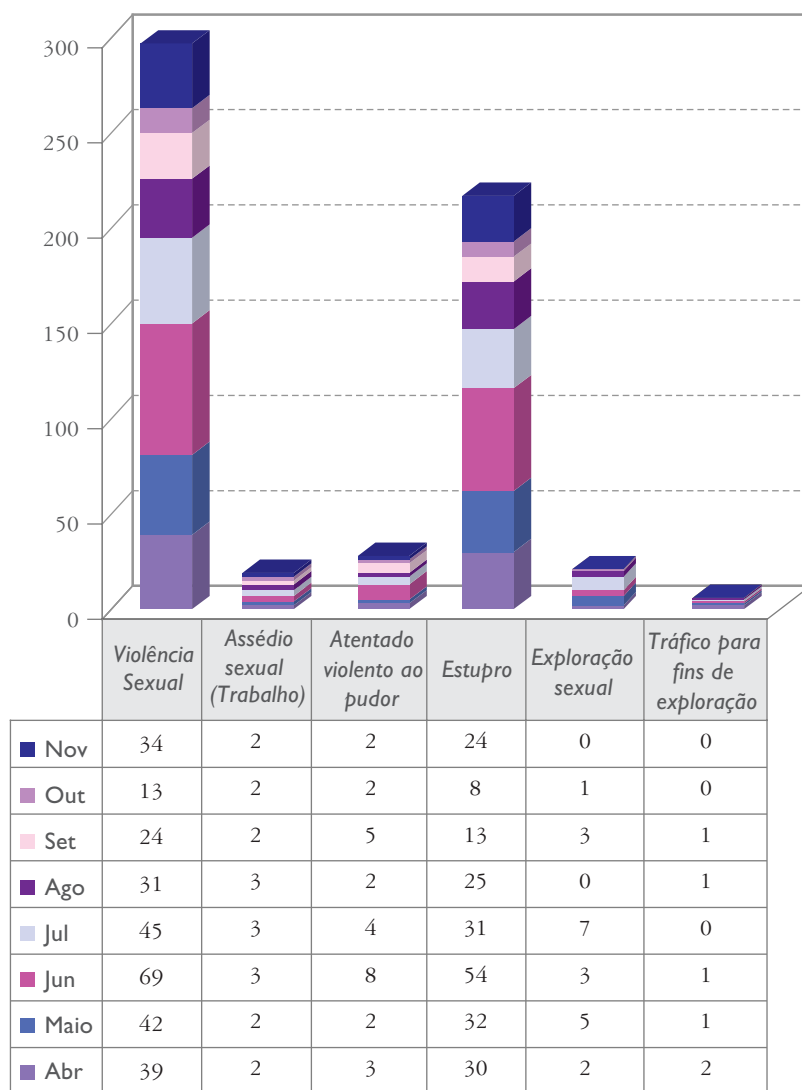
Nota: ¹ Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.



Denúncias de violência sexual. Brasil, abril¹ a novembro de 2006.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

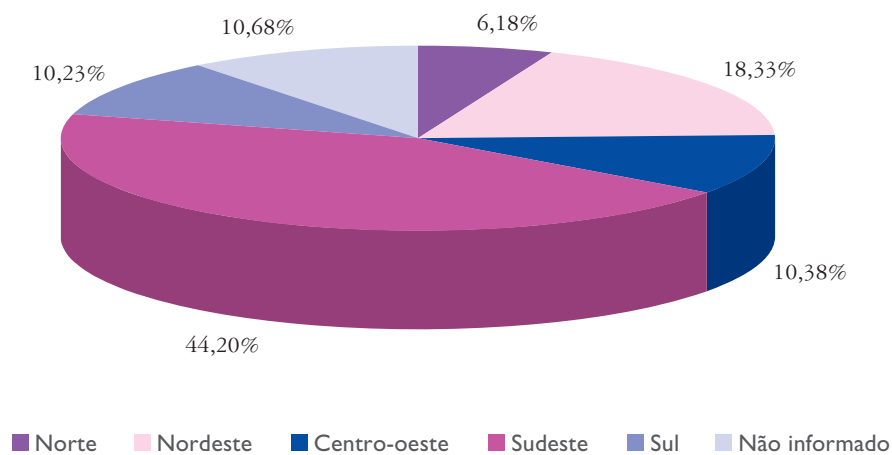
Nota: ¹ Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.



Proporção das ligações atendidas pela Central de Atendimento à Mulher, por Grandes Regiões. Grandes Regiões, novembro de 2005 a outubro de 2006*.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher: 2006.

Nota: ¹Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006.

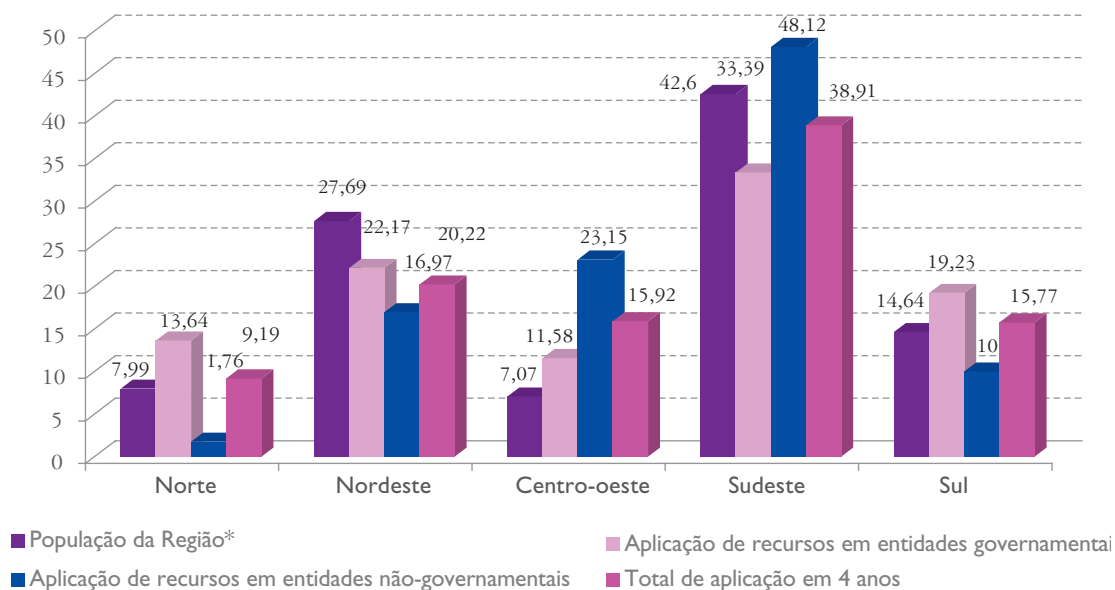


* Os dados aqui apresentados dizem respeito a dois períodos distintos: a) Dados de 25 de novembro de 2005 a 17 de abril de 2006 - referem-se ao período de implantação da Central de Atendimento à Mulher; quando o sistema contava com quatro atendentes e funcionava de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h40; b) Dados de 18 de abril de 2006 em diante - a Central de Atendimento à Mulher passou a funcionar diariamente, com 20 atendentes por turno, durante 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

4. Convênios e Aplicação de Recursos

Razão entre a população e os valores conveniados pela SPM com entidades governamentais e não-governamentais. Grandes Regiões, 2003 a 2006¹.

Fonte *: IBGE/Pnad 2005. Nota: ¹ Valores até outubro de 2006.



População e valores conveniados pela SPM com entidades governamentais e não-governamentais, por Grandes Regiões. Grandes Regiões, 2003 a 2006¹.

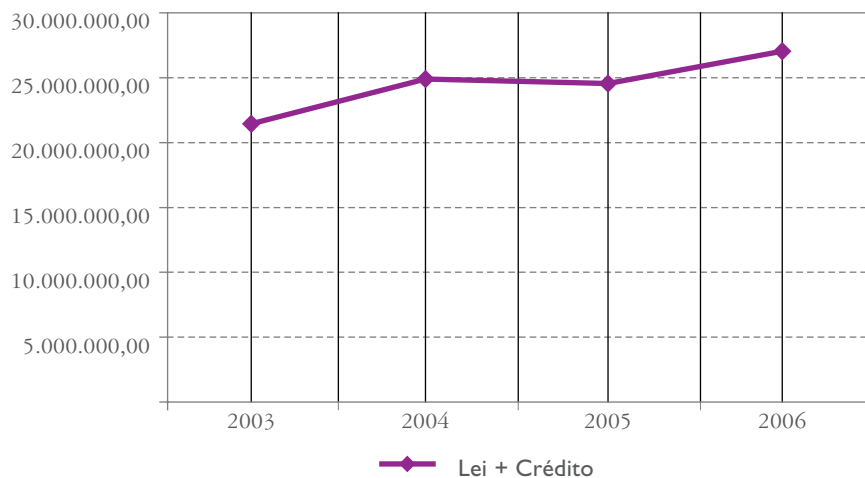
Fonte *: IBGE/Pnad 2005. Nota ¹ Valores até outubro de 2006.

Localidade	População*		Valor conveniado de 2003 a 2006				Total dos 4 anos, em R\$	Total dos 4 anos, em %
	Números absolutos	%	Governamental		Não-governamental			
			R\$	%	R\$	%		
Norte	14.726.059	7,99	2.996.209,58	13,64	231.220,55	1,76	3.227.430,13	9,19
Nordeste	51.065.275	27,69	4.867538,03	22,17	2.233.141,25	16,97	7.100.679,28	20,22
Centro Oeste	13.040.246	7,07	2.543122,98	11,58	3.047.314,36	23,15	5.590.437,34	15,92
Sudeste	78.557.264	42,60	7.331449,91	33,39	6.334.318,44	48,12	13.665.768,35	38,91
Sul	26.999.776	14,64	4.221984,04	19,23	1.316.626,01	10,00	5.538.610,05	15,77
Total Geral	184.388.620	100	21.960.304,54	100	13.162.620,61	100	35.122.925,15	100

Evolução do orçamento da SPM (atividades: finalísticas + apoio administrativo + pessoal e encargos sociais). Brasil, 2003 a 2006¹.

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Nota ¹ Valores até outubro de 2006.



Demonstrativo gerencial da execução do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasil, 2003 a 2006. Fonte: SPM: 2003 a 2006.

Programa – 0156 – Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	21.435.743	10.527.853	10.135.098	12.285.837	54.384.531
B	Limite Autorizado	4.083.060	7.604.224	9.139.697	6.576.376	27.403.357
C	Contingenciado (A-B)	17.352.683	2.923.629	995.401	5.709.461	26.981.174
D	Empenhado	4.014.937	6.069.533	8.914.192	6.510.100	25.508.762
E	(%) E=DB	98,33	79,82	97,53	98,99	93,09
Programa - 1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	–	4.822.147	5.155.209	5.256.973	15.234.329
B	Limite Autorizado	–	4.225.174	3.383.115	1.848.374	9.456.663
C	Contingenciado (A-B)	–	596.973	1.772.094	3.408.599	5.777.666
D	Empenhado	–	3.713.978	3.276.237	1.846.216	8.836.431
E	(%) E=DB	–	87,90	96,84	99,88	93,44
Programa – 1087 – Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	–	3.935.000	3.183.872	3.930.194	11.049.066
B	Limite Autorizado	–	2.055.156	2.726.010	3.020.098	7.801.264
C	Contingenciado (A-B)	–	1.879.844	457.862	910.096	3.247.802
D	Empenhado	–	1.933.019	2.568.142	3.020.068	7.521.229
E	(%) E=DB	–	94,06	94,21	100,00	96,41
Subtotal Atividade Finalísticas		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	21.435.743	19.285.000	18.474.179	21.473.004	80.667.926
B	Limite Autorizado	4.083.060	13.884.554	15.248.822	11.444.848	44.661.284
C	Contingenciado (A-B)	17.352.683	5.400.446	3.225.357	10.028.156	36.006.642
D	Empenhado	4.014.937	11.716.530	14.758.571	11.376.383	41.866.421
E	(%) E=DB	98,33	84,39	96,78	99,40	93,74
Programa – 0750 – Apoio Administrativo – Administração da Unidade		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	2.699.697	2.848.497	3.529.393	2.912.495	11.990.082
B	Limite Autorizado	2.699.697	1.799.359	2.241.990	2.546.941	9.287.987
C	Contingenciado (A-B)	–	1.049.138	1.287.403	365.554	2.702.095
D	Empenhado	1.650.288	1.795.347	2.229.705	2.545.686	8.221.026
E	(%) E=DB	61,13	99,78	99,45	99,95	88,51
Programa – 0750 - Apoio Administrativo - Administração de Pessoal		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	–	2.582.020	2.261.327	2.441.113	7.284.460
B	Limite Autorizado	–	2.582.020	2.261.327	2.441.113	7.284.460
C	Contingenciado (A-B)	–	–	–	–	–
D	Empenhado	–	2.582.020	2.261.327	1.877.779	6.721.126
E	(%) E=DB	–	100,00	100,00	76,92	92,27
Programa – 0750 – Apoio Administrativo – Benefícios		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	–	151.503	289.188	224.832	665.523
B	Limite Autorizado	–	151.503	289.188	224.832	665.523
C	Contingenciado (A-B)	–	–	–	–	–
D	Empenhado	–	151.503	289.188	187.360	628.051
E	(%) E=DB	–	100,00	100,00	83,33	94,37
TOTAL GERAL (Atividade Finalística + Manutenção + Pessoal + Benefícios)		2003	2004	2005	2006	Total 2003-2006
A	Lei + Crédito	45.571.183	44.152.020	43.028.266	48.524.448	181.275.917
B	Limite Autorizado	10.865.817	32.301.990	35.290.149	28.102.582	106.560.538
C	Contingenciado (A-B)	34.705.366	11.850.030	7.738.117	20.421.866	74.715.379
D	Empenhado	9.680.162	27.961.930	34.297.362	27.363.592	99.303.046
E	(%) E=DB	89,09	86,56	97,19	97,37	93,19



Notas e Referências Bibliográficas

- BLAY, Eva. "Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres". In Revista USP N° 49 - Editora USP. São Paulo.
- CFEMEA. "Os Direitos das Mulheres Brasileiras na Legislação Brasileira Pós-Constituinte". Brasília, Letras Livres, 2006.
- Organização Internacional do Trabalho, Secretaria Especial de Política para as Mulheres. "Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual". Brasília, 2005.
- Organização Internacional do Trabalho, Secretaria Especial de Política para as Mulheres. "Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual". Brasília, 2005.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de implementação 2005–2006". Brasília, 2006.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Sua Vida Recomeça Quando a Violência Termina – balanço das ações 2003–2005". Brasília, 2005.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "VI Relatório Nacional Brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW". Brasília, 2005.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres. Documentos para Grupos de Trabalho". Brasília, 2004.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Anais". Brasília, 2004.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para Conferências Estaduais. Documento Base". Brasília, 2004.
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres". Brasília, 2004.
- UNFPA. "State of World Population 2005 – The Promise of Equality". Nova Iorque, 2005.
- UNIFEM, Cepia. "O Progresso das Mulheres no Brasil". Brasília, 2006.
- VIEIRA, Vera. "O consumo de imagens e palavras estereotipadas pode reforçar padrões comportamentais". In Revista do Idec – Consumidor S. A., N° 79, São Paulo, junho/ 2004.



Lista de Imagens



- p. 4* Capacitação Projeto Kalunga. Cavalcante, Goiás, 2005.
Foto: Marco Antônio Gaspar.



- p. 6* Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências. Entrega do 1º Prêmio Construindo a igualdade de Gênero. Brasília, 2006.
Foto: Tássio Lima.



- p. 10* Clara Charf e Rose Marie Muraro. Integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Seminário Mulheres Republicanas do Brasil e do Mercosul. Rio de Janeiro, 2006.
Foto: Cláudia Ferreira.



- p. 13* Cerimônia de assinatura do termo de compromisso do PNPM com prefeituras e o governo de Alagoas, 2005. Foto: Arquivo SPM.



- p. 14* I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.
Foto: Cláudia Ferreira.



- p. 20* I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.
Foto: Cláudia Ferreira.



- p. 22* I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.
Foto: Cláudia Ferreira.



p. 24 VIII Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2006. Foto: Arquivo SPM.



p. 27 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDNM). Brasília, 2006. Foto: Arquivo SPM.



p. 28 Manifestação de mulheres no Congresso Nacional contra o arrocho salarial. Brasília, 19/09/1983.
Foto: Daniel Caetano. Arquivo CNDM/SPM.



p. 31 VIII Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2006. Foto: Arquivo SPM.



p. 34 Reunião de peritas internacionais no seminário Mulheres Republicanas do Brasil e do Mercosul. Rio de Janeiro, 2006. Foto: Cláudia Ferreira.



p. 37 Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; ministra da SPM, Nilcéa Freire, e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no embarque de retorno da posse da presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Brasília, 2006.
Foto: Ricardo Stuckert/PR.



p. 38 Adesão ao programa Pro-Eqüidade de Gênero.
Foto: Arquivo Eletrosul.



p. 43 Cerimônia de sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/06). Brasília, 2006. Foto: Arquivo Radiobrás.



p. 45 Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 2006. Foto: Arquivo SPM.



p. 45 Comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2006. Foto: Arquivo SPM.



p. 46 Seminário "A Mulher e a Mídia III". Rio de Janeiro, 2004. Foto: Cláudia Ferreira.



p. 49 Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foto: Ubirajara Machado.



p. 50 Cerimônia de entrega do Selo Pro-Eqüidade de Gênero. Brasília, 2006. Foto: Domingos Tadeu.



p. 51 Cerimônia de entrega do Selo Pro-Eqüidade de Gênero. Brasília, 2006. Foto: Domingos Tadeu.



p. 52 Capacitação Projeto Kalunga. Cavalcante, Goiás, 2005. Foto: Marco Antônio Gaspar.



p. 55 I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004. Foto: Cláudia Ferreira.



- p. 56* Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. Campanha “Violência contra a mulher; eu não me calo”. Parceria SPM/BR Petrobras Distribuidora. Rio de Janeiro, 2006. Foto: Arquivo BR Distribuidora.



- p. 58* Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência do Alto Acre. Brasília, Acre, 2006. Foto: Arquivo Prefeitura de Brasília.



- p. 59* Assinatura do termo de adesão ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na Prefeitura de São José do Rio Preto. São Paulo, 2006. Foto: W. Carneiro.



- p. 61* Encontro Nacional de Delegadas (DEAMs). Belo Horizonte, 2005. Foto: Arquivo SPM.



- p. 64* Encontro Nacional de Delegadas (DEAMs). Belo Horizonte, 2005. Foto: Arquivo SPM.



- p. 66* Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Brasília, 2006. Foto: Isabela Araujo.



- p. 68* Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências. Brasília, 2006. Foto: Tássio Lima.



- p. 74* Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências. Entrega do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília, 2006. Foto: Tássio Lima.



- p. 76* Seminário “A Mulher e a Mídia I”. Rio de Janeiro, 2004.
Foto: Arquivo SPM.



- p. 78* Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher:
Campanha “Violência contra a mulher, eu não me calo”.
Parceria SPM/BR Petrobras Distribuidora. Rio de Janeiro, 2006.
Foto: Arquivo BR Distribuidora.



- p. 82* Capacitação Projeto Kalunga. Cavalcante, Goiás, 2005.
Foto: Marco Antônio Gaspar.



- p. 85* Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural,
do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foto: Ubirajara Machado.



- p. 86* Programa Luz para Todos. 2006. Foto: Ricardo Stuckert/PR.



- p. 88* Integrantes de Organismos Governamentais de Políticas para as
Mulheres, no Seminário Mulheres Republicanas do Brasil e do
Mercosul. Rio de Janeiro, 2006. Foto: Cláudia Ferreira.



- p. 112* Capacitação Projeto Kalunga. Cavalcante, Goiás, 2005.
Foto: Marco Antônio Gaspar.



- p. 114* Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as
Mulheres. Brasília, 2006.
Foto: Arquivo SPM.

A publicação "Memória 2003_2006" apresenta o trabalho desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em quatro anos. Nesse período, a Secretaria atuou no sentido de afirmar direitos assegurados na legislação brasileira e implementar políticas que acelerassem a redução das desigualdades entre homens e mulheres no país.

Esta publicação destaca as principais conquistas das mulheres neste mandato, como a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e seus desdobramentos no campo da saúde, educação, enfrentamento à violência contra a mulher e trabalho e geração de renda.

É possível afirmar que a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas dos mais diversos ministérios ganhou centralidade a partir da atuação da SPM. Outras ações na perspectiva da igualdade entre homens e mulheres também são aqui apresentadas, assim como os desafios que existem pela frente.

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

